

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A INFLUÊNCIA DO SETOR CANAVIEIRO SOBRE A MIGRAÇÃO E A SITUAÇÃO
ATUAL DAS MULHERES NORDESTINAS NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA (MG)**

GUILHERME PEREIRA DOS SANTOS

**ITUIUTABA
2019**

GUILHERME PEREIRA DOS SANTOS

**A INFLUÊNCIA DO SETOR CANAVIEIRO SOBRE A MIGRAÇÃO E A SITUAÇÃO
ATUAL DAS MULHERES NORDESTINAS NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA (MG)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Geografia, do Instituto de Ciências
Humanas do Pontal, Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do
grau de Bacharelado e Licenciatura em Geografia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Joelma Cristina dos Santos

**ITUIUTABA
2019**

GUILHERME PEREIRA DOS SANTOS

**A INFLUÊNCIA DO SETOR CANAVIEIRO SOBRE A MIGRAÇÃO E A SITUAÇÃO
ATUAL DAS MULHERES NORDESTINAS NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA (MG)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Geografia, do Instituto de Ciências
Humanas do Pontal, Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do
grau de Bacharelado e Licenciatura em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Joelma Cristina dos Santos

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a Joelma Cristina dos Santos - ICHPO/UFU (Orientadora)

Prof^a. Dr^a Kátia Gisele de Oliveira Pereira – ICHPO/UFU

Prof^o. Dr^o Antônio de Oliveira Júnior – ICHPO/UFU

Dedico este trabalho à minha família, em
especial aos meus pais que fizeram do
impossível, possível para que eu pudesse
concluir essa graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar minha mãe Eunice Pereira da Silva que me incentiva, da apoio, tranquilidade e coragem para continuar em busca dos meus objetivos. Que não mede esforços para que eu realize meus sonhos, que sofre, sorri, chora e brinca junto comigo em todas as situações e me impulsiona a ir além;

Ao meu pai José Carlos dos Santos (*in memoriam*), por ter me dado o suporte financeiro que foi extremamente necessário para realização dos meus sonhos, das minhas vontades e das minhas viagens e para minha formação acadêmica;

A minha orientadora Joelma Cristina dos Santos, que me incentivou, instruiu e aconselhou durante o desenvolvimento desse trabalho. Que além de orientadora em caráter acadêmico me aconselhou com situações de caráter pessoal, se mostrando uma pessoa de bom coração e uma profissional que enxerga além de suas obrigações enquanto docente e vê que antes da academia, todos somos humanos e temos outras questões a serem solucionadas e tentou a seu modo me ajudar;

As mulheres migrantes nordestinas que me concederam a oportunidade de conhecer a sua realidade e poder registrá-la na forma deste trabalho;

A Universidade Federal de Uberlândia e ao Instituto de Ciências Humanas do Pontal por me fornecerem a base para me tornar um bom profissional;

Ao Grupo PET – Geografia por conceder o espaço, as conversas e o café essenciais para a escrita deste trabalho;

Aos meus amigos Ellen Caroline Neres, Josy Dayanny Alves Souza, Isabela Sayuri Ambrosio, Guilherme Augusto Paixão, Ítalo Firmino Ramos, Amanda Aparecida Gomes de Oliveira, Matheus Moraes Machado, Leonardo Corsi, Gabriel Victor, Amanda de Souza Fernandes, Rafael Mario de Freitas, Diana Soares Magalhães, Manoel Tavares, Thauane Medeiros Lima, por me escutarem incentivarem e auxiliarem durante todo o desenvolvimento dessa pesquisa;

A minha psicóloga Vanessa Dantas Pereira e ao meu psiquiatra Yghor de Moraes Andrade que me aconselharam e acalmaram nos momentos em que não via soluções para os meus problemas;

Aos meus Professores Anderson Pereira Portuguese, Antônio de Oliveira Junior e Claudia Lúcia da Costa, que me incentivaram a continuar a graduação;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo incentivo à pesquisa e apoio financeiro, que foi de fundamental importância para o desenvolvimento desta pesquisa;

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo incentivo à pesquisa e apoio financeiro para publicação de artigos referentes à pesquisa, apoio esse que foi fundamental importância para a propagação desta pesquisa.

Agradeço também, ao Carlos Eduardo Sussia Sousa, por ter me auxiliado não só na elaboração do projeto desta pesquisa, mas também por ter me proporcionado alguns dos melhores e inesquecíveis momentos da minha vida até o presente momento.

Por último, mas não menos importante agradeço a todos que de alguma forma, direta ou indiretamente, me auxiliaram durante esses anos de graduação.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso é desdobramento de um projeto de iniciação científica, cujo título é “A importância do trabalho das mulheres nordestinas na renda familiar após crise do setor canavieiro na região de Ituiutaba (MG)”. O objetivo principal deste foi compreender a realidade das mulheres nordestinas no município de Ituiutaba (MG), para isto, analisamos itens como profissão, renda atual, escolaridade, composição familiar, e os possíveis preconceitos sofridos por serem migrantes e mulheres, também analisamos as possíveis mudanças na família após a migração e a mecanização do corte; constatar se ocorre precarização do trabalho dentre o universo feminino analisado, verificar as principais fontes desta renda obtidas por estas mulheres trabalhadoras migrantes e constatar as principais profissões que estas mulheres exercem. Para se alcançar os objetivos propostos foi utilizada uma metodologia qualitativa composta por levantamento bibliográfico inerente ao tema e entrevistas semi-estruturadas com 56 trabalhadoras migrantes nordestinas residentes no município de Ituiutaba (MG). Como resultado da pesquisa, foi possível constatar que os setores que mais contratam as migrantes nordestinas são os ligados a alimentação, limpeza e os serviços gerais. Além disso, foi possível averiguar como parte dos ituiutabanos veem a população nordestina migrante e comprovar a existência da xenofobia. Mesmo com todas as mazelas, as mulheres entrevistadas olham para o município de Ituiutaba como uma oportunidade de uma vida melhor. pode-se concluir que as migrantes nordestinas residentes em Ituiutaba sofrem com a precarização do trabalho, com o preconceito regional e com diversos outros problemas no seu dia-a-dia, como por exemplo, o fato de algumas terem sido abandonadas pelos conjugues após se tornarem as chefes de família, mas são mulheres “guerreiras” e fraternas que buscam por uma melhor qualidade de vida e se empenham em conquistar os seus sonhos.

Palavras-chave: Mulheres. Migrantes. Nordestinas. Realidade. Trabalho. Ituiutaba

ABSTRACT

This work is the result of a scientific initiation project titled "The importance of the work of the Northeastern women is known as crisis in the sugarcane industry in the region of Ituiutaba (MG)." The main objective of this study was the reality of the Northeastern women in the municipality of Ituiutaba (MG), for this, it is important to study, evaluate, evaluate, evaluate, improve results, how to do, migrate and women, changes in family after migration and the mechanization of the cut; to verify if there is precariousness of the work in which the female universe is analyzed, to verify how the main events have been distributed by migrant women and to verify as main professions that these women exert. The protocol was developed with the objective of performing bibliographical researches inherent in the subject and semi-structured interviews with 56 migrant workers from the Northeastern region of the city of Ituiutaba (MG). As a result of the research, it was possible to verify that the sectors that are most contracted as migrants are linked to food, cleaning and general services. In addition, it was possible to migrate and prove the existence of xenophobia. Even with all the ills, as women interviewed for the municipality of Ituiutaba as an opportunity for a better life. You can see that Northeastern migrants living in Ituiutaba have suffered from precarious work, regional prejudice and other problems in their daily lives, such as migrating northeastern residents in conjunctions after become heads of families, but be "warlike" and fraternal women who seek for a better quality of life and strive to achieve their dreams.

.Keywords: Women. Northeastern migrants. Reality. Job. Ituiutaba

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Localização do município de Ituiutaba- MG	13
Figura 2. Minas Gerais: Produção de cana-de-açúcar em toneladas no estado nas safras de 1990-1991 e 2016-2017.....	19
Figura 3. Brasil: Média dos anos de estudo entre mulheres e homens nos anos de 1995 e 2015	25
Figura 4. Brasil: Valor do rendimento médio mensal por sexo em reais (R\$).....	26
Figura 5. Brasil: Participação feminina em cursos considerados masculinos em %.....	28
Figura 6. Rendimento dos ocupados por sexo segundo faixa de horas trabalhadas e anos de estudo (em%).	29
Figura 7. Ituiutaba (MG) : Pessoas de 10 anos ou mais de idade economicamente ativa e não economicamente ativa na semana de referência no município.....	31
Figura 8. Faixa etária das mulheres entrevistadas	33
Figura 9. Funções exercidas pelas entrevistadas	34
Figura 10. Quem mais contribui com a renda mensal familiar	35
Figura 11. Percentual de mulheres entrevistadas com base em sua jornada	36
Figura 12. Estado Civil das entrevistadas.....	37
Figura 13. Profissão almejada pelas entrevistadas	38
Figura 14. Resultado do questionário* com pessoas ituitabanas sem vínculo familiar com migrantes nordestinos	41
Figura 15. Quantidade de mulheres migrantes que sofreram preconceito regional em Ituiutaba (MG)	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Brasil e Região Sudeste: Área Plantada de Cana-de-açúcar.....	18
Tabela 2. Brasil e Região Sudeste: Área Colhida de Cana-de-açúcar.....	18
Tabela 3. Grau de instrução das entrevistadas.....	32
Tabela 4. Estado de origem das entrevistadas	39

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. A CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL, NA MICRORREGIÃO DE ITUIUTABA E SUA RELAÇÃO COM OS FLUXOS MIGRATÓRIOS.....	15
2.1 O CAPITAL SUCROENERGÉTICO NA MICRORREGIÃO DE ITUIUTABA (MG) E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO MIGRATÓRIO	20
3. TRABALHO FEMININO: DIFERENÇA SALARIAL, SETORES, ASSÉDIO SEXUAL E LICENÇA-MATERNIDADE	25
4. MULHERES MIGRANTES NORDESTINAS NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA (MG).....	32
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	49

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é desdobramento de um projeto de iniciação científica, cujo título é “A importância do trabalho das mulheres nordestinas na renda familiar após crise do setor canavieiro na região de Ituiutaba (MG)” e que contou com financiamento na modalidade bolsa através da chamada CNPq Nº 02/2018 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

Este estudo procurou compreender a realidade das mulheres migrantes nordestinas no município de Ituiutaba (MG), pois desde a década de 1990, foram notórias as transformações que ocorreram tanto no meio urbano quanto no meio rural do município de Ituiutaba, transformações essas marcadas por uma nova dinâmica econômica que teve seu início com o processo de substituição da produção de arroz, da bovinocultura, da suinocultura e da agricultura familiar pela produção de cana-de-açúcar.

Além de promover um rearranjo do meio rural do município, essa mudança na produção agrícola modificou também o espaço urbano, pois como resultado ocorreu o crescimento do fluxo de migrantes em busca de trabalho e, com isso a demanda por moradia e serviços também aumentou, pois através desse fluxo migraram famílias inteiras para a área urbana de Ituiutaba.

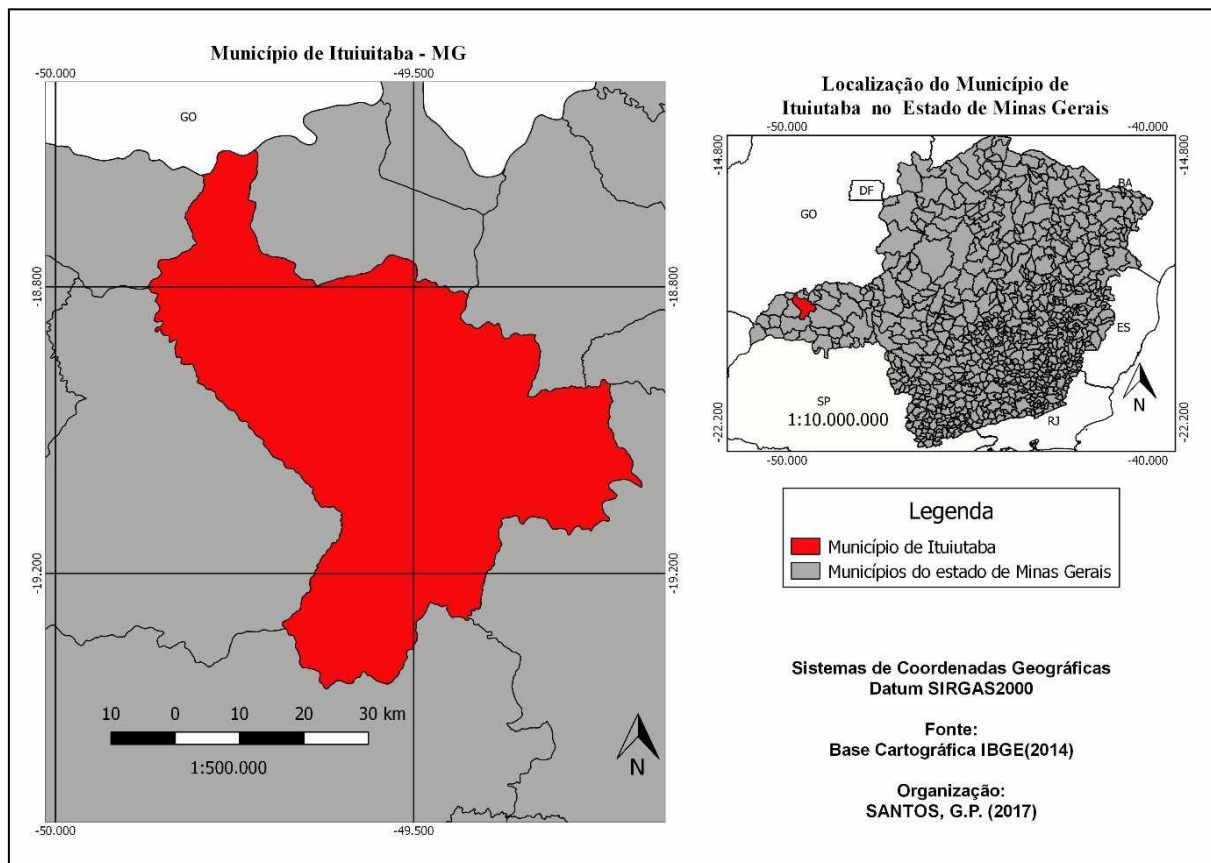
Entre a década de 1990 e a de 2000 ocorreu na região sudeste do país uma expressiva expansão da produção canavieira, a região colheu 2.978,611 hectares no ano de 2000 e 2.357,091 hectares no ano de 1990 apresentando um aumento percentual de aproximadamente 110% se comparado ao ano de 1980. (IBGE - Produção Agrícola Municipal.).

Essa expansão foi perceptível na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, à instalação de agroindústrias na região promoveu um fluxo migratório vindo da região nordeste do país, com isso o número de migrantes nordestinos para o município de Ituiutaba foi vultoso, em geral os homens vinham para o trabalho no corte manual da cana-de-açúcar e após alguns meses residindo no município, traziam o restante da sua família, suas esposas, mães, irmãs e os filhos mais novos e é com foco nas mulheres dessas famílias que esse trabalho foi realizado.

A Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, pertencente ao estado de Minas Gerais possui 66 municípios, dentre os quais o município de Ituiutaba. O referido município ocupa cerca de 2.598 km², com população de 97.171 de habitantes, sendo que 93.089 (95,8%) vivem na zona urbana e 4.082 (4,2%) na zona rural, de acordo com sendo

demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2010. Na figura 1, pode ser observada a localização de Ituiutaba, em relação ao estado de Minas Gerais.

Figura 1. Localização do município de Ituiutaba- MG



Fonte: IBGE (2014)

O objetivo principal deste trabalho é compreender a realidade das mulheres nordestinas no município de Ituiutaba (MG), para isto, analisaremos itens como profissão, renda atual, escolaridade, composição familiar, os preconceitos sofridos por serem migrantes e mulheres.

Este objetivo geral se desdobra em outros específicos, quais sejam: analisar as possíveis mudanças na família após a migração e a mecanização do corte; constatar se ocorre precarização do trabalho dentre o universo feminino analisado, verificar as principais fontes desta renda obtidas por estas mulheres trabalhadoras migrantes e constatar as principais profissões que estas mulheres exercem.

Para se obter os resultados almejados foi concebida uma metodologia que teve por início o levantamento bibliográfico com temas sobre a expansão da cultura canavieira, a precarização do trabalho no corte da cana, as consequências da mecanização no setor, o

trabalho feminino, as questões de migração, e a situação da população migrante em Ituiutaba e outras. Nesta etapa foi realizada a leitura de livros, artigos e pesquisas de diversos autores.

Realizou-se levantamento de dados de fonte primária, através de entrevistas semi-estruturadas realizadas com 56 trabalhadoras migrantes, que vieram da região Nordeste para o município de Ituiutaba. As entrevistas com as nordestinas foram realizadas a maioria em suas casas e em seus locais de trabalho, não tendo resistência por parte das entrevistadas para realização.

Em outra etapa, foram questionadas 50 pessoas nascidas e residentes no município e que não tivessem ligação com algum migrante nordestino, a fim de averiguar a percepção sobre o migrante nordestino pela população local. A abordagem ocorreu de forma direta foi realizada no centro da cidade de Ituiutaba nas ruas 20 e 22 no período da manhã e da tarde entre os dias 18 de março e 05 de abril.

Além disso, foi realizado o levantamento de dados estatísticos secundários junto a órgãos públicos e privados, com a finalidade de pesquisar elementos que tratassem da expansão da cana-de-açúcar e a realidade do trabalho feminino.

Por fim, foi realizada a estruturação e análise dos dados estatísticos (primários e secundários) coletados, de forma que eles foram convertidos em tabelas e gráficos, para uma melhor compreensão e correspondência com o referencial bibliográfico levantado.

Essa estruturação deu origem a dados quantitativos e qualitativos, procurando relacionar esses dados às análises foram realizadas de forma quali-quantitativa de forma que os dados quantitativos foram usados de modo a ilustrar o universo pesquisado. Todas essas etapas resultaram na elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

2. A CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL, NA MICRORREGIÃO DE ITUIUTABA E SUA RELAÇÃO COM OS FLUXOS MIGRATÓRIOS.

Desde a pré-história o ser humano busca meios que facilitem a sua vida no planeta Terra, a descoberta do fogo no período Paleolítico, a criação da lâmpada por Thomas Edison são exemplos dessa busca. O ser humano tem cada vez mais atrelado a sua existência à utilização de energia, e busca obtê-la das mais variadas formas, como, a térmica, a eólica, a solar e outras. Estas fontes de energia não só facilitaram as atividades humanas, como se tornaram essenciais para a sua realização.

As fontes energéticas conhecidas pelo ser humano são classificadas quanto à sua origem e disponibilidade em renováveis e não renováveis. As renováveis são aquelas obtidas através de fontes consideradas infinitas ou passíveis de recuperação espontânea ou através da intervenção humana em um curto período de tempo, como exemplo a energia obtida pelo calor do sol, a oriunda da força das águas dos rios e que é proveniente do processo de fermentação de matéria orgânica, como o bagaço da cana-de-açúcar.

As não renováveis são as fontes energéticas que tem sua disponibilidade finita ou que não podem ser regeneradas permanentemente ou em tempo hábil para utilização humana, como por exemplo, a energia obtida através da queima de combustíveis fósseis.

No Brasil, temos a presença de diversas fontes energéticas, dentre elas o petróleo, matéria-prima base para a produção dos mais diversos produtos que se fazem presente no dia-a-dia do cidadão brasileiro, como o plástico, o combustível utilizado nos automóveis e máquinas, o asfalto, cosméticos, roupas.

O país também se utiliza da energia proveniente das usinas hidrelétricas, a exemplo da usina hidrelétrica binacional de Itaipu, maior do mundo em produção de energia no ano de 2016. A energia hidrelétrica é a maior responsável pelo abastecimento de energia elétrica das cidades brasileiras.

O Brasil ainda faz uso do carvão mineral, que se obtém através das atividades de mineração e é utilizado na indústria siderúrgica e no funcionamento das usinas termoeletricas que utilizam o calor da queima do carvão mineral ou do petróleo para a produção de energia.

Recentemente, o país passou a investir nos biocombustíveis, que são exemplificados pelo etanol e pelo biodiesel, que tem como uma de suas principais fontes de matéria-prima a cana-de-açúcar, plantada em regime de monocultura.

Esse investimento se deu através de alguns programas governamentais que encorajaram a ocupação e a retirada de cobertura vegetal de áreas pertencentes a um dos biomas mais ricos encontrado em território nacional, o cerrado.

Com a crise do petróleo na década de 1970 e com a crescente preocupação com os efeitos gerados pela queima de combustíveis fósseis, o Brasil foi uma das nações que se interessou pela produção de biocombustíveis investindo de forma intensa em sua produção.

O Governo Federal criou programas de incentivo para driblar essas questões, entre eles o PROÁLCOOL, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO e o Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados - PRODECER.

O Programa Nacional do Alcool, ou PROÁLCOOL, foi criado pelo decreto nº 76.593, de 14 de Novembro de 1975, com o intuito de suprir as necessidades internas e externas do mercado e da política de combustíveis automotivos, o programa constituiu-se essencialmente no fortalecimento da produção de cana-de-açúcar e álcool.

Art. 2º. A produção do álcool oriundo da cana-de-açúcar, da mandioca ou de qualquer outro insumo será incentivada através da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produção agrícola, da modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas, e de unidades armazenadoras. (BRASIL, 1975)

Com base no estudo de Barros (2007) *apud* Andrade et al. 2010, ressalta que o Proácool mirava a ampliação das técnicas e o aprimoramento dos insumos para a produção de álcool etílico. O programa foi desmembrado em etapas. Na primeira etapa, os esforços se concentraram na produção de álcool etílico anidro para sua utilização como composto oxigenado acrescido à gasolina, com a intenção de reduzir os efeitos da queima do combustível fóssil, essa etapa durou de 1975 a 1979.

Em 1973 o preço do petróleo saltou de US\$ 2,91 para US\$ 12,45, um aumento percentual de 428%, dessa forma o governo brasileiro teve a decisão a produção de carros movidos totalmente a álcool etílico hidratado, que começaram a circular no ano de 1978 e compôs a segunda etapa do programa nacional do álcool.

Segundo Pessoa e Inocência (2015) O POLOCENTRO teve sua criação através do decreto nº 75.320 de 29 de Janeiro de 1975, e tinha como objetivo apoiar e incentivar a ocupação das áreas de Cerrados na região Centro-Oeste, e nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais de forma racional. O programa abrangeu 202 municípios

em uma área de 785.472 km². Contudo durante a implantação e desenvolvimento do programa que durou de 1975 a 1979, o Governo Federal firmou no ano de 1976 um acordo de Cooperação Técnica Brasil-Japão que tinha como objetivo o aproveitamento econômico do Cerrado brasileiro, esse acordo acabou sendo responsável pelo desenvolvimento do PRODECER. Ao mesmo tempo em que o acordo era firmado entre as duas nações, o POLOCENTRO se consolidava, alcançando seus objetivos o programa enriquecia uma parcela de produtores, ao mesmo tempo em que avultava a concentração fundiária, a desapropriação do trabalhador rural e a degradação ambiental, assim, intensificando as desigualdades sociais no campo brasileiro.

No ano de 1979, o POLOCENTRO chegou ao fim e mais uma vez o Cerrado foi reestruturado agora pelo PRODECER. Considerado um dos projetos mais arrojados do Governo Federal, o PRODECER gerou grande polêmica por parte do sindicato de trabalhadores rurais, da igreja e de parlamentares no ano de 1979, pois nos espaços onde o programa foi implementado, constatou-se diversas alterações. A expansão do capital, assumindo posse dessas novas áreas as transformou de acordo com seus interesses, de forma que a estrutura e o seu teor foram alterados. A agricultura passou a decorrer principalmente a partir de grupos monopolistas e foi submetida à indústria e ao capital financeiro, se tornando uma atividade subordinada da indústria processadora de produtos agrícolas e produtora de insumos, máquinas e implementos agrícolas. (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2015).

Na tabela 1 podemos observar a variação da área plantada de cana-de-açúcar em hectares na região sudeste. É notório que a área plantada de cana sofreu um aumento vultoso entre os anos 2000 e 2017.

Nos anos 2000 a área plantada de cana na região sudeste não passou dos três milhões de hectares enquanto no ano de 2014 onde foram plantados 6.685.58 hectares de cana, se comparado com o ano de 2013 onde foi plantado 6.495.560 hectares de acordo com dados da pesquisa de produção agrícola municipal realizada pelo IBGE, em 2014 ocorreu um aumento 2,92% no total de área.

Já no ano de 2015 a área plantada de cana na região sudeste do Brasil caiu para 6.650.787 hectares, assim sendo uma diminuição de 0,51%, o ano de 2016 não foi diferente, mais uma vez o sudeste brasileiro perdeu hectares de área plantada de cana-de-açúcar atingindo a marca de 6.626.876 hectares apresentando uma perda de 0,36% se comparado à área plantada em 2015.

O ano de 2017 se mostrou promissor, ao atingir 6.698.322 hectares de área plantada de cana, superando o ano de 2014 e com um percentual de 1,08% de crescimento se comparado ao ano de 2016.

Tabela 1. Brasil e Região Sudeste: Área Plantada de Cana-de-açúcar
Produto das lavouras temporárias - Cana-de-açúcar

Variável - Área plantada (Hectares)			
Brasil		Região Sudeste	
Ano		Ano	
2000	4.879.841	2000	2.980.990
2005	5.815.151	2005	3.666.516
2010	9.164.756	2010	6.032.411
2013	10.223.043	2013	6.495.560
2014	10.454.280	2014	6.685.058
2015	10.179.827	2015	6.650.787
2016	10.241.724	2016	6.626.876
2017	10.229.881	2017	6.698.322

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Org.: SANTOS, G.P (2019).

Como se é esperado, essa variação também ocorreu na área colhida de cana no sudeste, assim como é apontado na tabela 2. Onde no ano de 2014 se teve um aumento de 2,92% se comparado ao ano de 2013, o mesmo percentual de crescimento de área plantada para o mesmo período.

Tabela 2. Brasil e Região Sudeste: Área Colhida de Cana-de-açúcar
Produto das lavouras temporárias - Cana-de-açúcar

Variável - Área Colhida (Hectares)			
Brasil		Região Sudeste	
Ano		Ano	
2000	4.804.511	2000	2.978.611
2005	5.805.518	2005	3.666.508
2010	9.076.706	2010	5.947.840
2013	10.195.166	2013	6.478.215
2014	10.419.678	2014	6.667.584
2015	10.111.376	2015	6.594.558
2016	10.222.915	2016	6.622.292
2017	10.184.340	2017	6.696.094

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Org.: SANTOS, G.P (2019).

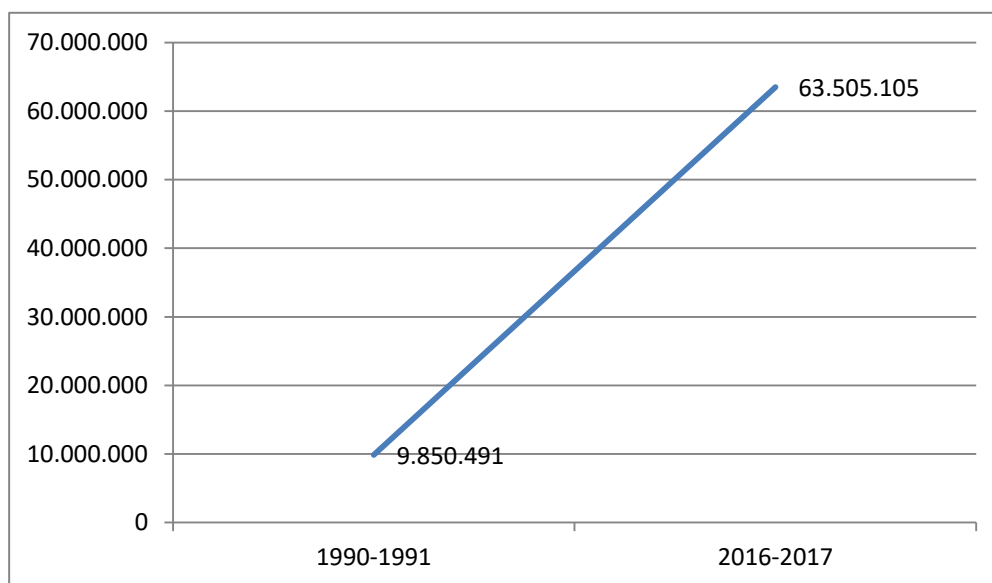
No ano de 2015 e 2016 se teve uma queda na área colhida de cana, seguindo assim o declínio da área plantada para os mesmos anos, o que difere as duas situações é que a diferença entre a área plantada em 2015 comparada com 2014 teve um declínio de 0,51%, já a diferença entre área colhida no ano de 2015 se comparado com o ano de 2014 teve uma queda de 1,10%, mostrando assim que o declínio na colheita foi significativo se comparado ao declínio na área plantada.

No ano de 2016 também ocorreu um enfraquecimento na colheita da cana representando uma perda de 0,42% se comparada à quantidade de área colhida no ano de 2015. Em 2017, as plantações de cana no sudeste deixam de baixar e sofrem um aumento de 1,11% de área colhida se comparado ao ano de 2016. Se comparadas às áreas plantadas em cada ano de 2013 a 2017 com a área colhida no mesmo período, o sudeste teve um aproveitamento médio de 99,70% de suas plantações de cana-de-açúcar.

O estado de Minas Gerais foi fortemente impactado pelos três programas (PROÁLCOOL, PRODECER E POLOCENTRO) do Governo Federal, principalmente no setor sucroalcooleiro, se tornando um dos maiores produtores de cana-de-açúcar do país.

Com isso, o estado de Minas gerais se tornou um destino para os migrantes, principalmente nordestinos, que viam no corte manual da cana uma esperança de mudar suas vidas, situação da qual tirou proveito o capital sucroenergético, uma vez que, os migrantes eram a mão de obra barata necessária para a expansão de suas atividades.

Figura 2. Minas Gerais: Produção de cana-de-açúcar em toneladas no estado nas safras de 1990-1991 e 2016-2017



Fonte: SIAMIG - Produção de cana-de-açúcar por Estado 1990-1991/2016-2017
Org.: SANTOS, G.P (2019).

Com dados do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (SIAMIG) a Figura 2, é possível observar que a produção de cana-de-açúcar no Estado passou de 9.850.491 toneladas na safra de 1990/1991 para 63.505.105 toneladas na safra de 2016/2017 tendo um crescimento de 544,69% no período de 1990 a 2017.

No que se refere à produção de álcool e açúcar o Estado de Minas Gerais também figura o papel de um dos maiores produtores em relação a outras unidades da federação, uma vez que a produção de álcool na safra de 2016/2017 chegou a 2.646.621 m³ e de açúcar 3.980.924 toneladas no mesmo período.

2.1 O capital sucroenergético na microrregião de Ituiutaba (MG) e sua relação com o processo migratório

Desde a década de 1940, são notórias as transformações que vem ocorrendo tanto no meio urbano quanto no meio rural do Triângulo Mineiro, transformações marcadas por uma nova dinâmica econômica que teve seu início com o processo fortalecimento do setor agrário e pela alta produção de cana-de-açúcar na década de 1990.

Com esse avanço no cultivo da cana, a microrregião de Ituiutaba, que é composta por seis municípios sendo eles: Ituiutaba, Santa Vitória, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiacú e Cachoeira Dourada, se tornou uma das principais regiões de implementação do capital sucroenergético.

A microrregião conta com a presença de três usinas filiadas a SIAMIG sendo elas: Santa Vitória Açúcar e Álcool S/A e a Companhia Energética Vale do São Simão - Grupo Andrade ambas localizadas no município de Santa Vitória (MG) e a BP (British Petroleum) - Bioenergia Ituiutaba Ltda. que tem sede no município de Ituiutaba (MG).

Além das usinas já citadas outras duas merecem destaque, a Triácool e a Vale do Paranaíba ambas pertencentes ao grupo João Lyra, do estado de Alagoas, grupo esse que decretou falência e desde o ano de 2013 encerrou suas atividades na região, contribuindo para o aumento do desemprego uma vez que as usinas foram desativadas.

A usina Vale do Paranaíba abrangia um total de 17 imóveis e contava com a capacidade de moer 1,7 milhão de toneladas de cana por safra, enquanto a usina Triácool comportava 1,8 milhão de toneladas de cana-de-açúcar por safra, segundo dados vinculados pelo meio de comunicação G1 Triângulo Mineiro no de 2017.

Essas empresas vieram a leilão no final do ano de 2017, onde a usina do Vale do Paranaíba, localizada no município de Capinópolis (MG), foi vendida para o Grupo Japungu pelo montante de R\$ 206.358.000,00 e a Usina Triálcool, localizada no município de Canápolis, Minas Gerais, foi arrematada pela Companhia Mineira de Açúcar e Álcool pela quantia de R\$ 133.826.220,00.

Até o momento nenhuma das duas reiniciaram suas atividades de processamento, apenas a usina Vale do Paranaíba reiniciou o plantio da cana, as quantias arrecadadas com o leilão das duas usinas serão usadas para pagamento dos credores, prestadores de serviço, instituições financeiras e tributos fiscais, débitos esses que foram gerados a partir da falência do proprietário anterior, o grupo João Lyra.

De acordo com os resultados do censo agropecuário do IBGE, o município de Ituiutaba (MG) no ano de 2006, produziu 29.311 toneladas de cana-de-açúcar, através do cultivo em lavouras temporárias em 84 estabelecimentos.

Ainda segundo o IBGE no ano de 2017, os dados preliminares do censo agropecuário, revelaram um aumento na quantidade de toneladas de cana-de-açúcar, sendo 1.247.339,270 toneladas colhidas em uma área de 19.538,833 hectares composta por 21 estabelecimentos agropecuários. Segundo, Silva e Santos (2015, p. 2):

O município mineiro de Ituiutaba inseriu-se no processo de mobilidade populacional, a partir da instalação de agroindústrias do setor canavieiro, que necessitavam de mão de obra barata, especialmente para o corte da cana. Assim, trabalhadores de várias regiões do Brasil, principalmente da região Nordeste viam o município como uma possibilidade de conquistar uma melhor qualidade de vida, diferente da realidade que viviam em seus locais de origem. (SILVA; SANTOS, 2015, p.2).

Assim, a microrregião de Ituiutaba e principalmente o município de Ituiutaba, receberam nas últimas décadas um grande grupo de trabalhadores nordestinos, fato este que já vinha ocorrendo desde meados da década de 1940, quando a economia na região baseava-se na produção agrícola, principalmente na produção de arroz e milho.

A partir da década de 1970, a produção de arroz perde espaço para a pecuária e para a soja. E, outra vez a partir do final dos anos 1990, a região passa a receber milhares de trabalhadores migrantes provenientes da região Nordeste para o trabalho no corte manual da cana.

Fonseca e Santos (2011), pesquisaram sobre os processos migratórios no município de Ituiutaba e constataram a origem de 100 trabalhadores entrevistados no de 2010 que eram

empregados em agroindústrias canavieiras das microrregiões geográficas de Ituiutaba e Uberlândia, o estado de Alagoas foi o que mais se destacou, com 75% dos migrantes entrevistados, seguido pelos estados de Pernambuco e do Piauí ambos com 8%, e pelos estados da Bahia, do Maranhão e de Goiás, todos com 3% dos migrantes entrevistados.

A respeito do município de Ituiutaba apresentar uma grande concentração de migrantes nordestinos, isto se deve a alguns fatores que se iniciaram desde a década de 1940, sobretudo o desenvolvimento econômico desta década. Ituiutaba era conhecida como a “Capital do Arroz” e passou a contar com um forte crescimento do seu setor agrário e da indústria de beneficiamento de cereais, sendo esse fortalecimento fora noticiado em todo o país a ponto dessas informações chegarem até o nordeste e estimulando com que parte da população nordestina migrasse para o estado de Minas Gerais, principalmente o município de Ituiutaba. (SOUZA; SILVEIRA, 2013, p. 6).

Esse movimento migratório gerado pela produção de arroz no município na década de 1940 foi intensificado em meados da década de 1990, com a intensa produção de cana-de-açúcar.

Os migrantes que se dirigem para a região a fim de trabalharem nas usinas de açúcar e álcool, mesmo conseguindo uma colocação nas usinas dos municípios vizinhos, acabam optando por morar em Ituiutaba pelo fato de as cidades vizinhas serem pequenas e não comportarem as levas de milhares de trabalhadores migrantes que as usinas atraem. (FONSECA; SANTOS, 2011, p.42).

Os estados de origem dos migrantes se modificavam ano a ano, Silva e Santos (2014), ao estudar a mão de obra migrante empregada nas agroindústrias canavieiras da região de Ituiutaba e parte da região de Uberlândia durante os anos de 2012 e 2013 constataram que os trabalhadores migrantes provinham principalmente dos estados do Piauí, Maranhão e Pernambuco.

Mesmo com o fechamento de duas grandes usinas, a maioria dos trabalhadores migrantes não retorna aos seus estados de origem, pois voltar nas mesmas condições que saíram representaria a desistência do sonho de ascensão social e a aceitação de uma condição de fracasso, conforme ressalta Silva (2005, p. 26):

É preciso não esquecer que o migrante parte em busca de melhoria de vida, isto é, de um projeto de ascensão social. O retorno, ou melhor, a representação do retorno é carregada destes valores. Logo, os fracassos, as perdas representariam a ruptura com o ideal da partida. (SILVA, 2005, p.26).

É necessário lembrar que o Nordeste sempre foi avaliado como uma região “problema”, avaliação que tem por base não só as condições naturais do local, mas também os problemas sociais ocorrentes na região. Como exemplo, temos a seca no sertão nordestino e a concentração de terras nas mãos dos latifundiários. Fatores esses que forçam os camponeses nordestinos a migrarem e procurarem trabalho assalariado, muitos optam pela mudança de estado e até mesmo de região, com a intenção de uma ascensão social. E é com a expansão do cultivo da cana e a possibilidade de melhora de vida que o migrante nordestino é impulsionado a migrar para a região Sudeste do País. (SILVA; SANTOS, 2014, p. 2171)

A vinda em massa destes trabalhadores para o município de Ituiutaba - MG gera em uma parte da população um desconforto, pelo fato da diferença sócio cultural, ou seja, os costumes e a forma de vida destes trabalhadores incomodam uma parcela mais conservadora da população, criando nestes migrantes a sensação de ser minoria e não terem importância para a cidade, por outro lado, a cultura capitalista na qual está inserida a população brasileira, mostra que tem valor aquele que tem o poder de consumo. Assim, por outro lado, estes migrantes acabam contribuindo para a evolução comercial de alguns setores da economia local. (SILVA; SANTOS, 2015, p.8).

A migração para o Sudeste ou qualquer outra região do país pelos migrantes nordestinos se dá majoritariamente pela busca de uma ascensão social e uma melhora na vida do trabalhador e de seus familiares, busca que foi interrompida pela mecanização do corte da cana.

Na microrregião de Ituiutaba essa busca foi interrompida não só pela mecanização do corte, mas também pela falência de duas grandes empresas sucroalcooleiras, que são as antigas usinas ligadas ao grupo João Lyra, Vale do Paranaíba e Triálcool, que atraíam um grande contingente de trabalhadores nordestinos para o corte da cana.

O fechamento dessas usinas gerou um grande impacto social e econômico nas cidades que compõe a microrregião, principalmente nos municípios de Ituiutaba, Capinópolis e Canápolis (MG), a região sofreu com a queda na quantidade de empregos e renda e principalmente os trabalhadores nordestinos, visto que muitos não receberam seus salários e indenizações após a falência das usinas.

O sonho de ter uma ascensão social através do corte da cana é então destruído, mas nunca fora de fato passível de realização uma vez que o trabalhador migrante almeja ganhar grandes salários através do corte, mas por serem migrantes não é isso que de fato acontece,

pois os que conseguem emprego recebem salários extremamente baixos e com uma carga horária elevada, já que são vistos exclusivamente como mão de obra barata.

Perante as outras classes da sociedade, o "bóia-fria" percebesse e é percebido enquanto negado. Diante dele, o trabalhador migrante torna-se imigrado, de fora, o outro, o negado. Essas representações de classe e raciais aliadas àquelas de gênero [...] contribuem para a construção da realidade de dominação-exploração. (SILVA, 1999, p.73)

Com o fim da queima da cana, passou-se a utilizar por parte das agroindústrias o corte mecanizado usando colheitadeiras, por consequência os trabalhadores que executavam o corte manual foram demitidos.

Uma vez desempregados, estes migrantes que já sofriam preconceito por serem nordestinos, sofrem também com o desemprego, a baixa qualificação e escolaridade, e com isso o processo de marginalização dessa população é agravado.

Essas demissões além de agravar o processo de marginalização dessa população geram outros efeitos como: alterações na família dos migrantes, volta dos nordestinos para o estado de origem e a procura por qualificação.

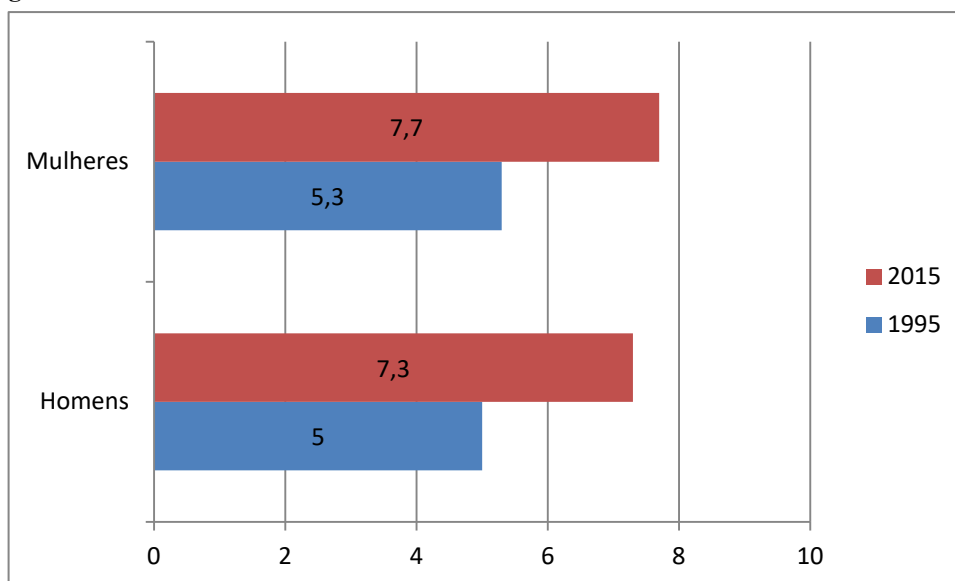
Junto a esses efeitos do desemprego, um deles merece um maior destaque que é a inserção da mulher nordestina no mercado de trabalho ou alteração de sua ocupação, pois com isso as mulheres assumem papéis importantes na obtenção de renda e na manutenção da família e para tratar sobre as mulheres nordestinas no mercado de trabalho se faz necessário uma explanação sobre o trabalho feminino e suas peculiaridades.

3. TRABALHO FEMININO: DIFERENÇA SALARIAL, SETORES, ASSÉDIO SEXUAL E LICENÇA-MATERNIDADE

Segundo dados fornecidos pelo Instituto de pesquisa econômica aplicada – IPEA, em 1995 no Brasil o número de famílias chefiadas por mulheres era de 9.555.110 e em 2015 esse número subiu para 28.614.895 famílias. Alguns dos motivos para esse aumento foi e é o ingresso da mulher no mercado de trabalho uma vez que, a cada dia mais mulheres procuram a sua independência financeira e por estarem conquistando o mercado de trabalho por terem anos de estudos a mais do que os homens, vem se mostrando mais qualificadas para os cargos.

Como elucidado na figura 3, em 1995 no Brasil os homens tinham em média cinco anos de estudos contra 5,3 anos das mulheres e em 2015 esses números subiram sendo uma média de 7,3 anos para os homens e 7,7 anos para as mulheres, além do fato de que muitas são abandonadas com os filhos pelos conjuges e são obrigadas a manterem as famílias sozinhas.

Figura 3. Brasil: Média dos anos de estudo entre mulheres e homens nos anos de 1995 e 2015



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

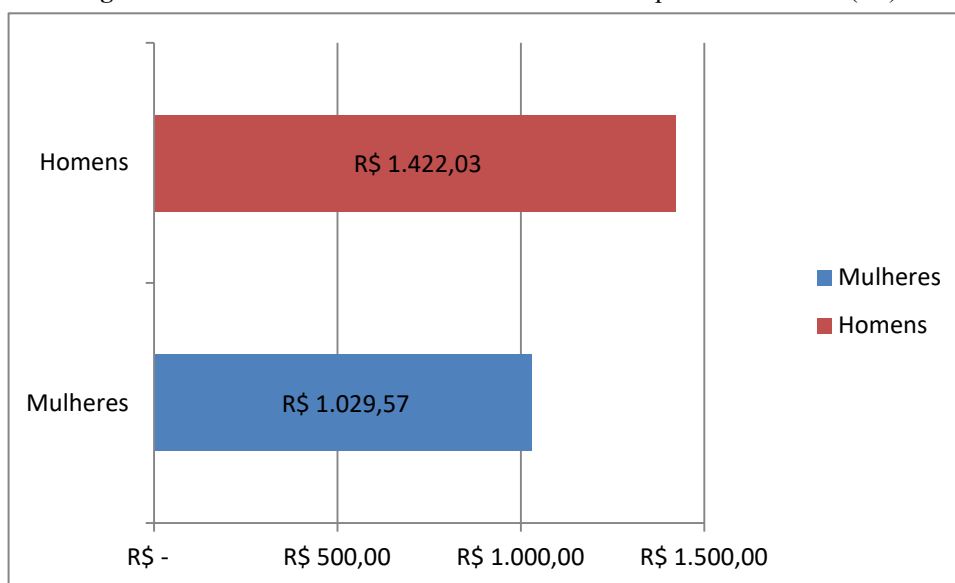
Org.: SANTOS, G.P. (2019)

Mesmo por terem anos a mais de estudo e se mostrarem mais qualificadas que os homens, a vida da mulher brasileira no mercado de não tem sido fácil. Obrigadas a exercerem dupla jornada, a maioria tem que exercer a sua função laboral e ao chegar a sua residência tem que realizar muitas vezes sozinha os serviços de cuidado da casa e dos filhos, a mulher trabalhadora brasileira ainda sofre com o preconceito e a discriminação no mercado de trabalho. Por mais que a Consolidação das leis de trabalho – CLT, em seu artigo 461

caracterize como crime distinguir os salários de uma mesma função por questões de gênero, sexualidade e/ou raça, é comum se encontrar mulheres que exercem as mesmas funções que homens e recebem menos.

A figura 4, elaborado através de dados obtidos pelo IBGE no Censo demográfico de 2010, mostra que a diferença no rendimento médio mensal no Brasil no período era de R\$392,46 a menos para as mulheres, em relação ao rendimento médio mensal dos homens.

Figura 4. Brasil: Valor do rendimento médio mensal por sexo em reais (R\$)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

Org.: SANTOS, G.P. (2019).

Os afazeres domésticos são considerados como responsabilidade da mulher, fruto de uma forma de pensar de uma sociedade machista, visto que independente da sua situação social e se exerce ou não alguma profissão fora do lar, à responsabilidade dos cuidados da casa e dos filhos nunca são atribuídos ao homem. Independente se realizados por mulheres que exercem funções laborais fora dos seus lares ou por donas-de-casa, os afazeres domésticos não são vistos como trabalho e são considerados como inatividade econômica, mas se realizados por uma pessoa contratada para esse fim, em troca de remuneração, eles passam a ser computados como trabalho, sendo categorizados como rótulo de serviços ou emprego doméstico. Apesar de serem realizadas as mesmas atividades, para economia elas são distintas, caso sejam realizadas por meio de uma contratação para esse fim ou por uma dona-de-casa, sem pagamento. (BRUSCHINI; LOMBARDI 2000, p.70).

Bruschini (2007, p.566) aponta em seu estudo que as mulheres desde os anos 1990 têm sofrido com o desemprego, pois desde essa década as taxas de desemprego entre elas tem

sido maiores que as dos homens, um dos fatores que auxiliaram para esse resultado é o contínuo crescimento da procura por emprego por parte das mulheres.

Mesmo com esse crescimento pela busca de emprego por parte das mulheres, a autora constata em seu estudo utilizando dados da Fundação Carlos Chagas (2007) continuidades no padrão de ocupação das mulheres brasileiras entre 1994 e 2005, como a permanência da mulher em funções consideradas como especialidades femininas e como exemplo, cita as costureiras que trabalham nas indústrias de confecção e destaca ainda a permanência de mulheres em funções relacionadas aos setores dos cuidados pessoais, higiene e alimentação e cita como exemplos: cabeleireiras, faxineiras, esteticistas e outras. A autora descreve ainda que:

Persistem também os tradicionais guetos femininos, como a enfermagem (89% dos enfermeiros, 84% dos técnicos de enfermagem e 82% do pessoal de enfermagem eram do sexo feminino em 2002), a nutrição (93% dos nutricionistas eram mulheres), a assistência social (91%), a psicologia (89% de mulheres), o magistério nos níveis pré-escolar (95%), fundamental (88%) e médio (74%), além das secretárias (85%), auxiliares de contabilidade e caixas (75%) (BRUSCHINI, 2007, p. 566).

A definição e a repartição das tarefas, dos ofícios e das profissões, a partir de uma ótica binária entre o que pertence ao feminino e o que pertence ao masculino, constituíram um traço constante e comum das sociedades, e tem sido fortemente debatido nos últimos anos. Debate esse que tem sido gerado principalmente pela saída das mulheres de setores ditos “femininos” e entrada em setores anteriormente descritos como “masculinos”.

No início do século XX, na França, no ano de 1906, a cada mil mulheres ativas, um terço delas se declarava operárias, 10% patroas e uma metade isolada, segundo o recenseamento, talvez estivesse no *domestic system*¹. Já no final do século XX, estudos identificaram uma imensa diversidade dos ofícios exercidos pelas mulheres, enfatizando a entrada delas nos campos há muito exclusivamente masculinos, como as profissões liberais, científicas, técnicas, de engenharia e as executivas. (SCHWEITZER, 2003).

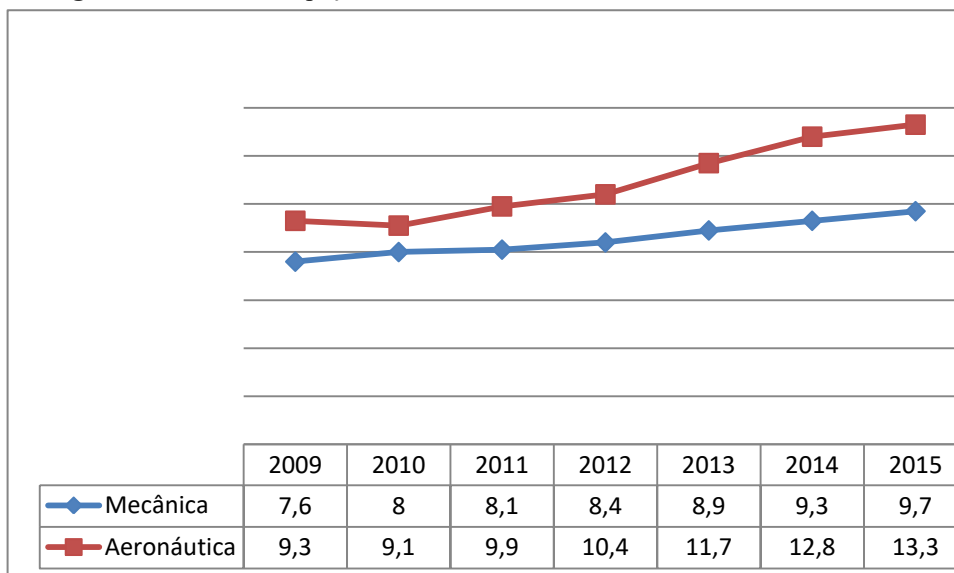
Com a força muscular se tornando dispensável para a indústria através da utilização das máquinas, passou a se utilizar por parte do setor, trabalhadores com pouca força muscular

¹ The organization of production in the homes of workers. The method began in the Middle Ages when almost all manufacturing was carried out within the home. However, when markets grew rapidly, some production was concentrated in factories. For some products, such as textiles, gloves, boots, and shoes, the system of subcontracting remained. The domestic or putting-out system had many advantages for the master or capitalist manufacturer. The work often required little training. Workers were paid only for their output, and employers did not have to bear the cost of lighting and heating. The masters employed ‘bagmen’ to distribute raw materials and to collect finished items. The payments for work done depended on the quality of the product and disputes often arose between agents and workers. (UNIVERSITY OF OXFORD).

ou com o desenvolvimento corporal imaturo e com membros mais flexíveis. Assim o trabalho feminino e infantil passou a ser o pioneiro nas fábricas mecanizadas. Essa substituição do trabalho e dos trabalhadores se tornou prontamente um meio de se aumentar o número de assalariados, submetendo todos os membros da família dos trabalhadores ao comando imediato do capital, sem distinguir sexo e nem idade (MARX, 1985).

Por mais que essa revolução no meio trabalhista tenha ocorrido, a abertura das fábricas para as mulheres se deu principalmente por serem considerada mão de obra barata, uma vez que se utilizavam da facilidade que as máquinas davam ao não ser necessário um grande emprego de força física para execução do trabalho, como justificativa para a diferença salarial entre homens e mulheres. No Brasil, as mulheres vêm cada vez mais assumindo posições antes consideradas masculinas. Essa afirmação pode ser confirmada através de dados do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, onde se é possível constatar o aumento no número de mulheres em cursos majoritariamente masculinos, como, cursos de aeronáutica e mecânica como se pode ver na figura 5, onde se pode ver um aumento na participação feminina entre os anos de 2009 a 2015 nos cursos de mecânica e aeronáutica.

Figura 5. Brasil: Participação feminina em cursos considerados masculinos em %



Fonte: Microdados do censo da educação/INEP

Org.: SANTOS, G.P. (2019).

Por mais, que o número de mulheres em busca de qualificação para exercer funções consideradas masculinas tenha crescido, ainda existem obstáculos a serem transpostos, como por exemplo, o machismo.

As mulheres se veem obrigadas a travar lutas em busca de reconhecimento e direitos nesses espaços predominantemente masculinos. É recorrente o número de casos de mulheres

que tiveram que deixar suas carreiras porque o espaço em que trabalham não é receptivo e nem pensado para incluí-las, sobretudo depois que têm filhos.

A diferença salarial entre gêneros é clara, principalmente quando são consideradas algumas variáveis como os setores econômicos, o grupo de horas trabalhadas, a posição na ocupação e os anos de estudo. Ao comparar esses dados é notório que as mulheres sofrem algum tipo de diferenciação salarial em relação aos homens, mesmo que trabalhem no mesmo setor econômico, a mesma quantidade de horas, tenham a mesma posição na ocupação e a mesma quantidade de anos de estudo.

Diferenciação essa que pode ser constatada através da figura 6, onde é possível visualizar que entre os anos de 1993 e 2005 indiferentes de cumprirem a mesma carga horária de que os homens, as mulheres recebem menos.

Figura 6. Rendimento dos ocupados por sexo segundo faixa de horas trabalhadas e anos de estudo (em%).

RENDIMENTO DOS OCUPADOS POR SEXO SEGUNDO FAIXAS DE HORAS TRABALHADAS E ANOS DE ESTUDO (EM %)				
BRASIL				
Classes de rendimento mensal	1993		2005	
	Jornada de trabalho integral (40 a 44 horas)	Escolaridade superior (15 anos e mais de estudo)	Jornada de trabalho integral (40 a 44 horas)	Escolaridade superior (15 anos e mais de estudo)
Homens				
Até 2 SM	48	4,2	57,6	8,1
Mais de 2 a 5 SM	27,2	14,7	25,5	26,1
Mais de 5 SM	17,7	76,9	12,4	61,6
Sem rendimento	5,9	0,9	3,3	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres				
Até 2 SM	56,3	12,3	64,4	19,1
Mais de 2 a 5 SM	23,7	32,2	20,7	41,3
Mais de 5 SM	11,5	51,4	9,6	35,3
Sem rendimento	7,7	1,8	4,2	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE/PNADs-Microdados.

Fonte: BRUSCHINI, M.C.A. (2007)

Além dessa diferença salarial, as mulheres brasileiras sofrem ainda como o assédio sexual. Segundo pesquisa divulgada pelo o Instituto Datafolha realizada entre os dias 29 e 30 de novembro de 2017, com 1.427 mulheres com 16 anos ou mais em 194 municípios brasileiros com uma margem de erro máxima de 3% e com uma confiabilidade de 95%, constatou que 42% das brasileiras declaram já ter sido vítima de assédio sexual, onde desse total uma em cada três mulheres adultas já sofreram declarou já ter sofrido assédio nas ruas,

de forma que 25% já sofreram assédio verbal e 3% físico, além das que já sofreram ambos. No transporte público, o assédio foi relatado por 22% das entrevistadas de forma que 11% sofreram assédio físico e 8% verbal.

O assédio no trabalho foi relatado por 15% das entrevistadas onde 2% relataram assédio físico e 11% verbal. 10% das entrevistadas relataram ter sofrido assédio na escola e na faculdade e 6% sofreram assédio dentro de casa. Analisando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho é evidente que as que têm filhos, principalmente com poucos anos de vida, ou estão grávidas são preteridas ao tentarem uma vaga de emprego.

A sociedade brasileira é desigual, principalmente quando se analisada através da ótica do mercado de trabalho, a licença-maternidade é vista pela maior parte dos empregadores como um ônus, o que acaba dificultando a contratação das mulheres e após o parto a situação não melhora, o período que a mulher fica afastada também é visto como ônus para manter-se no emprego, ou para conseguir um.

De acordo com um estudo realizado por Machado e Neto (2016), a probabilidade de uma mãe conseguir um emprego formal aumenta gradativamente até o momento em que se é solicitada a licença-maternidade, e cai logo após. As demissões se iniciam imediatamente após o período de proteção ao emprego que é garantido pela licença. Em seu estudo os autores acompanharam durante 47 meses mulheres que tiraram licença-maternidade e constataram que após 24 meses, aproximadamente metade das mulheres que tiraram licença se encontravam fora do mercado de trabalho, e que a maior parte dessas saídas se deu sem justa causa e por parte do empregador.

Contudo, a escolaridade da mãe influencia nesse processo e os efeitos são heterogêneos. O percentual de mulheres com maior escolaridade apresentou uma queda de emprego de 35%, um ano após o início da licença, enquanto a queda de emprego entre mulheres com escolaridade mais baixa foi de 51%.

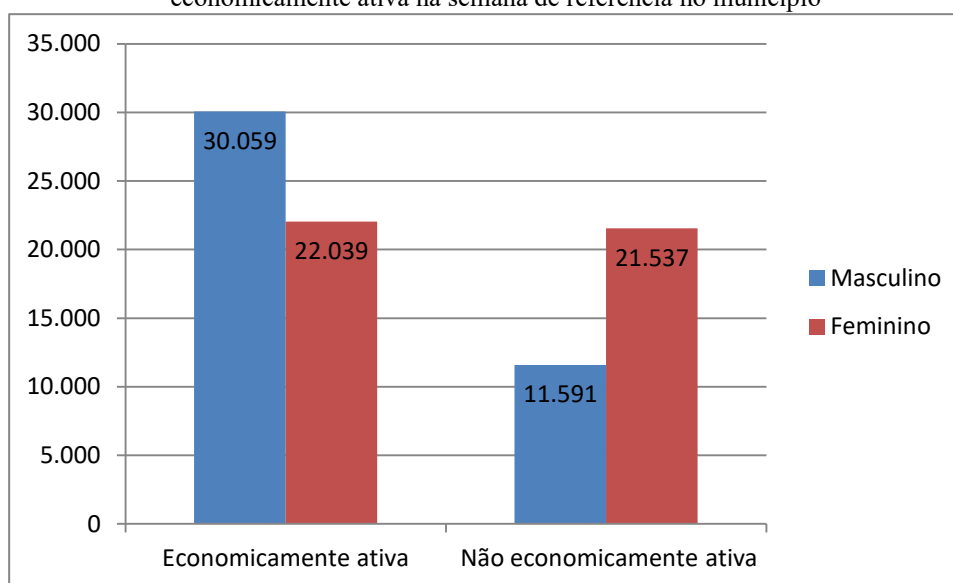
Os autores indicam ainda que a licença-maternidade no Brasil não é capaz de reter o emprego das trabalhadoras brasileiras e salientam que outras políticas como a expansão das creches podem ter um impacto maior para alcançar o objetivo de manter o emprego dessas mães principalmente quando elas possuem uma baixa escolaridade.

Sabe-se que o progresso técnico no mundo do trabalho provoca múltiplas modificações financeiras e sociais como a queda na oferta de empregos sem a exigência de experiência e a cobrança de uma escolaridade maior, além de uma melhor remuneração de acordo com a formação do empregado.

Não sendo diferente para as mulheres no município de Ituiutaba, que também sofreram com as consequências desse progresso, sua inserção no mercado de trabalho e sua procura por qualificação aumentaram.

As mulheres economicamente ativas no município de Ituiutaba de acordo com o Censo demográfico realizado pelo IBGE no ano 2010 apresentaram uma diferença percentual de 36,39% a menos em relação aos homens economicamente ativos do município, como pode ser visto na figura 7.

Figura 7. Ituiutaba (MG): Pessoas de 10 anos ou mais de idade economicamente ativa e não economicamente ativa na semana de referência no município



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010
Org.: SANTOS, G.P. (2019).

Por mais que os dados disponibilizados pelo IBGE sirvam de base para realização de uma pesquisa com cunho quantitativa sobre as trabalhadoras em Ituiutaba (MG), não se é possível analisar de forma qualitativa esses dados de forma a mostrar a realidade das mulheres nordestinas residentes no município.

Não se sabe se a mulher nordestina faz parte do percentual de mulheres economicamente ativas ou não economicamente ativas, o ramo em que trabalham e suas condições de trabalho. Informações essas que são importantíssimas para se entender a dinâmica da população ituiutabana, uma vez que novamente segundo o censo demográfico de 2010 a segunda maior população residente no município advém da região Nordeste com 9.843 pessoas, além do município contar com uma população de 4.833 mulheres com cinco anos ou mais de idade que não residiam no município em 31/07/2005.

4. MULHERES MIGRANTES NORDESTINAS NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA (MG)

Os resultados obtidos servem de base para se aprofundar as discussões sobre a população migrante nordestina no município de Ituiutaba sob a ótica das mulheres migrantes, de forma a dar voz a essa população que por muitas vezes, são ignoradas pelo poder público e pela população local não migrante. As mulheres nordestinas auxiliam na movimentação da economia ituiutabana, no crescimento da cidade e têm orgulho de residirem no município.

Obrigadas a se inserirem no mercado de trabalho após a mecanização do corte de cana e as demissões recorrentes desse progresso, as mulheres nordestinas enfrentaram dificuldades em encontrarem emprego, devido a sua baixa escolaridade e a quase inexistência de qualificação profissional, como pode ser visto na tabela 3 que ilustra a resposta das 56 migrantes entrevistadas para esse estudo.

Tabela 3. Grau de instrução das entrevistadas

Grau de instrução das entrevistadas			
Grau de Instrução	Completo	Incompleto/Cursando	Total
Analfabetos	5	-	5
Ensino Fundamental	20	5	25
Ensino Médio	15	8	23
Ensino Superior	0	3	3
Pós-Graduação	-	-	-
Total	40	16	56

Fonte: Trabalho de campo 2018

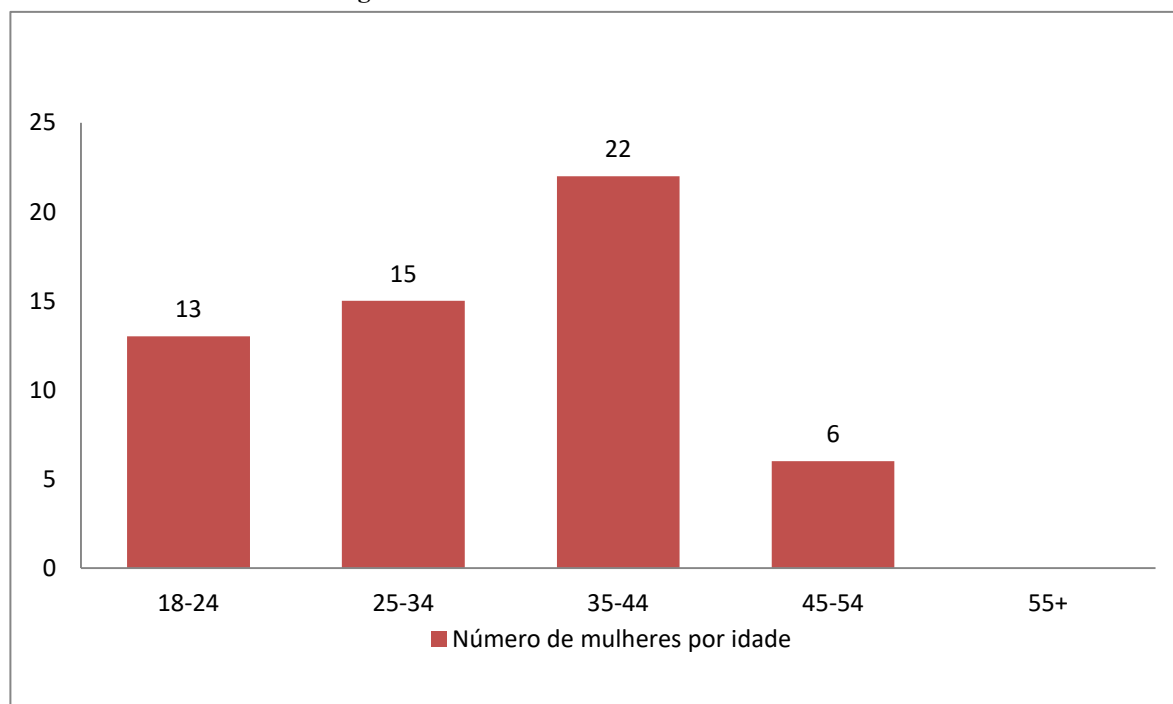
Org.: SANTOS, G.P (2019).

Durante o tratamento dos dados foi perceptível que a idade da entrevistada geralmente acompanha o seu grau de instrução, considerando as entrevistadas acima dos 18 anos até os 55 anos, quanto mais jovem, maior a quantidade de anos de estudo, revelando que as filhas e filhos das mulheres migrantes conseguiram em Ituiutaba atingir anos de estudo a mais do que as mães, isso se deu não só pelo fato da migração e do fim do corte manual de cana.

Uma vez que, quando seus familiares ficaram desempregados essas mulheres buscaram se inserir no mercado de trabalho ou tiveram que mudar de ocupação quando elas foram às demitidas pela mecanização da cana, por terem pouca formação essa inserção/mudança de setor se tornou difícil, o que fez com que muitas buscassem terminar os estudos e se especializarem com cursos profissionalizantes e incentivassem seus filhos e filhas a conquistarem uma escolaridade maior.

No que se refere à escolaridade dessas mulheres, foi possível constatar um elevado índice de mulheres somente com ensino fundamental completo, seguido de ensino médio e poucas cursando o ensino superior. Esses dados foram reafirmados com depoimentos como: *“é meu sonho, voltar a estudar. Mas primeiro eu preciso direcionar meus filhos e ai depois eu vejo de terminar os estudos.”* (depoente 12); *“Eu terminei o ensino médio tem muito tempo, mas se eu pudesse fazer uma faculdade eu faria... quero ser assistente social”* (depoente 1).

Figura 8. Faixa etária das mulheres entrevistadas



Fonte: trabalho de campo – 2018

Org.: SANTOS, G. P. (2019).

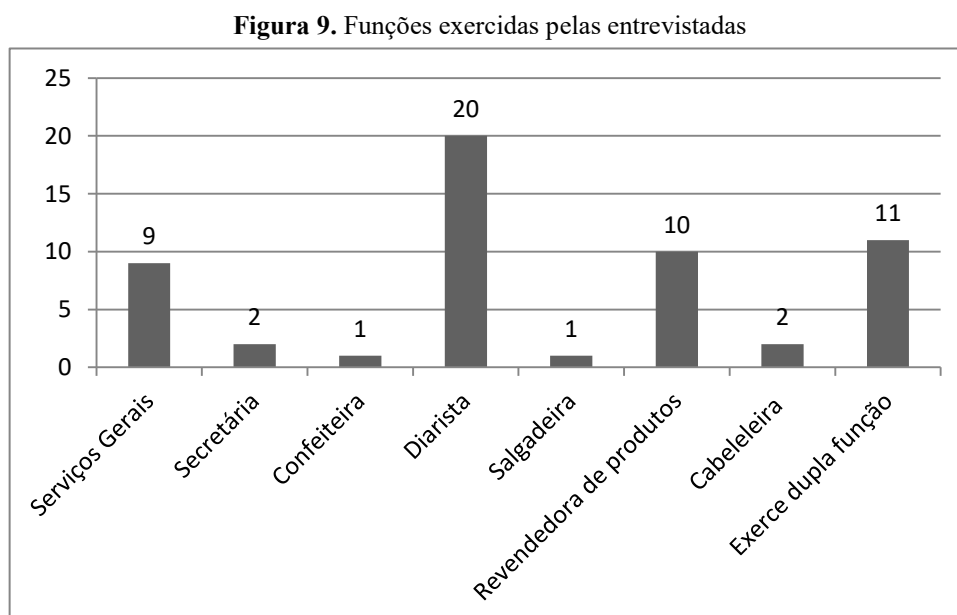
Como especificado na figura 8, a faixa etária que comporta o maior número de entrevistadas é entre os 35 e os 44 de idade com um total de vinte e duas mulheres, seguida da faixa etária dos 25 e os 34 anos com um total de quinze mulheres entrevistadas, e logo após a faixa etária dos 18 aos 24 treze entrevistadas, seguida dos 45 aos 54 anos com seis entrevistadas.

Referente à origem da renda das entrevistadas, foi possível constatar que as nordestinas entrevistadas têm como principal fonte de origem de renda o trabalho informal voltado aos serviços de limpeza e a de revenda de cosméticos e a peças de vestuário, funções essas que são caracterizadas por não exigirem contrato de trabalho ou assinatura da carteira de trabalho. Como diz Coutinho et al. (2014) “No mercado brasileiro, o emprego formal sempre conviveu com outras formas de trabalho, como a subcontratação, o trabalho por empreitada e o trabalho em domicílio.”.

Além disso, as entrevistadas que exercem trabalhos formais, são contratadas também para exercerem funções de limpeza e atendimento ao público, uma das entrevistadas relatou sobre suas horas de trabalho *“A gente não tem hora extra e sempre trabalha umas horas a mais, tem é banco de horas. É bom, porque geralmente quando a gente falta desconta do banco de horas e não do salário, mas a gente faz muitas horas, seria bom ganhar um extra.”* (Depoente 04).

O banco de horas é utilizado pelos empregadores como forma de extrair mais trabalho dos empregados por meio do prolongamento e do aumento da intensidade do trabalho, elevando e potencializando a carga de trabalho e o desgaste do trabalhador. Além disso, o mecanismo promove alteração na remuneração do trabalhador, aumentando o desgaste operário se comparado ao valor social médio da força de trabalho, a aplicação desse mecanismo com o passar do ano faz com que os trabalhadores recebam abaixo do valor de reprodução da força de trabalho (PINA; STOTZ, 2011).

As ocupações exercidas pelas migrantes correspondem aos “guetos femininos” ditos por Bruschini (2007). Com ocupações atreladas aos setores de serviços às entrevistadas exercem funções ligadas aos serviços gerais, limpeza, ao ramo da alimentação e da estética, como exposto na figura 9.



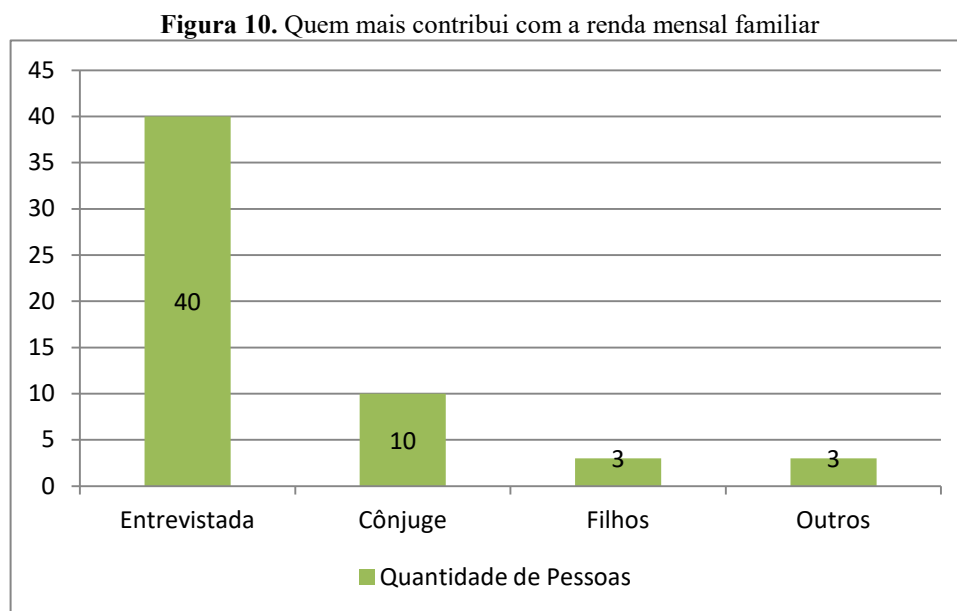
Fonte: trabalho de campo – 2018
Org.: SANTOS, G. P. (2019).

A precarização do trabalho das migrantes é notória, uma vez que, a maioria das entrevistadas exerce o trabalho de forma informal executando a função de diarista. Como relata uma entrevistada: *“Eu sou diarista, mas também vendo calcinhas e sutiã pras patroas. Além do dinheiro da limpeza eu ganho o da venda e posso comprar minhas coisa que só com o dinheiro da limpeza seria mais difícil”* (Depoente 09).

Função essa que é pautada na realização de afazeres domésticos de forma casual, não excedendo dois dias na semana para não ser caracterizado vínculo empregatício, de modo que os direitos trabalhistas não são garantidos, pois não são registradas em carteira de trabalho e na maioria das vezes não existe sequer um contrato de trabalho por escrito.

Não tendo uma fiscalização, as diaristas entrevistadas relatam não ter uma carga horária definida, não terem tempo de descanso e nem receberem alimentação. *“Muita das vezes eu chego de manhã cedo e saio só de noite, vou direto, sem parar e tem vez que os patrão nem da comida, se eu não levo não como.”* (Depoente 39).

Além de que parte das entrevistadas exercem duas funções como, por exemplo, diarista e revendedora de produtos com a intenção de complementar a renda, uma vez que, são elas as principais fontes de renda da família, vide figura 10.



Fonte: trabalho de campo – 2018

Org.: SANTOS, G. P. (2019).

Isto posto, faz-se necessário explicar que mesmo existindo um percentual de mulheres que terceirizam os afazeres domésticos contratando alguém para essa finalidade, ocorre

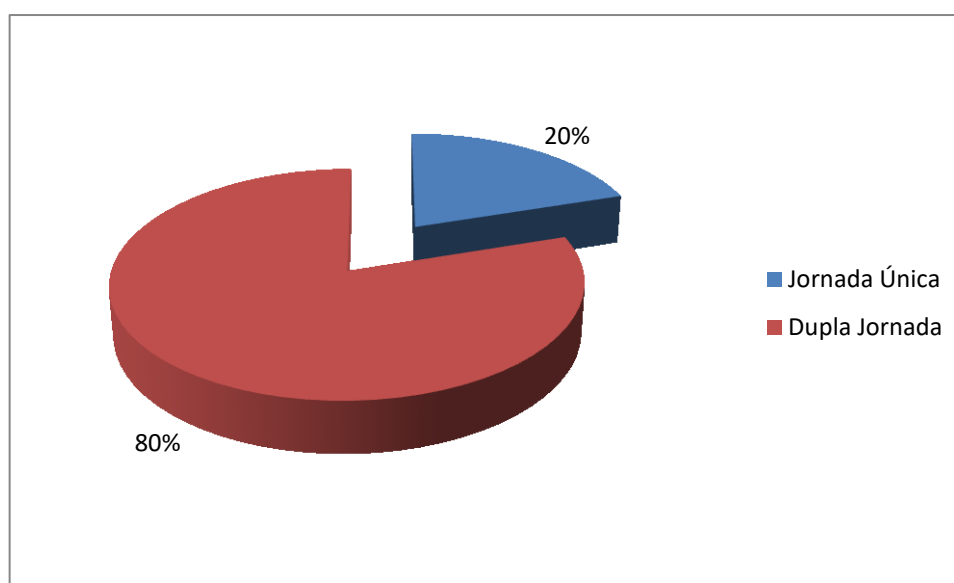
somente em alguns dias do mês, uma vez que essas mulheres não tem um ganho mensal que comporte esta despesa.

Além disso, a quase totalidade das mulheres entrevistadas realizam a dupla jornada - ocupação laboral e os afazeres domésticos - mesmo que indiretamente tendo algumas que exercem jornada tripla, trabalhando, cuidando da casa e cuidando dos filhos.

Assim, o percentual de mulheres que realizam jornada única apresentado no figura 11, abre margem para diversas intepretações, mas para a realidade das entrevistadas nesse estudo a jornada única não se aplica, uma vez que, mesmo contratando alguém para os afazeres domésticos ou tendo ajuda dos seu familiares, elas ainda realização a tarefa de cuidar dos filhos, mesmo que alguns já sejam adultos, as mães na maioria dos casos sempre cuidam dos filhos de alguma maneira. Assim essas mulheres acabam por executar uma jornada dupla. *“Eu contrato uma moça pra limpar minha casa mais é só 3 vezes no mês, ai meus filhos me ajudam mantendo a casa limpa, mas sempre fica algo pra mim fazer, como lavar roupa.”* (Depoente 06).

Tal como apresentado na figura 11, o percentual de mulheres que exerciam dupla jornada era de 80% enquanto o percentual de trabalhadoras que realizavam jornada única, ou seja, sendo sua ocupação laboral a única atividade realizada de forma que os afazes domésticos são realizados por terceiros, e os filhos não necessitavam de cuidados era de 20%.

Figura 11. Percentual de mulheres entrevistadas com base em sua jornada



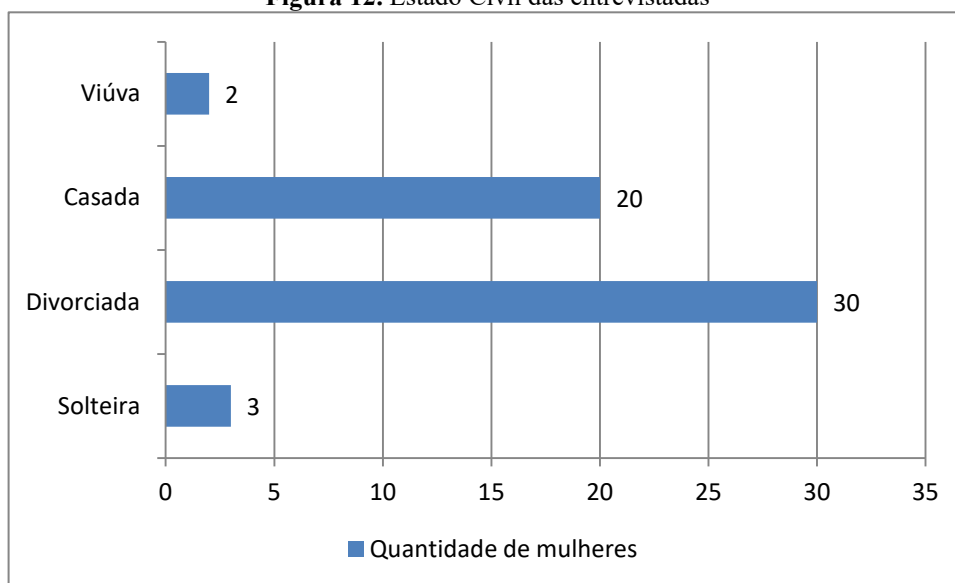
Fonte: trabalho de campo – 2018
Org.: SANTOS, G. P. (2019).

A vida das mulheres migrantes nordestinas no município de Ituiutaba não é fácil, mas melhorou em relação ao que viviam em suas terras natais. *“Aqui a gente tem a vida corrida mais antes a vida era sofrida, passava necessidade. Não que hoje a gente não passa, mas a dificuldade é menor, tem mais oportunidade”* (Depoente 09).

Dessa forma cabe destacar que as mulheres trabalham, cuidam das crianças, dos idosos, dos enfermos, assim se desdobrando em múltiplos papéis, esquecendo-se de si mesmas. A divisão desigual das responsabilidades da família e a tendenciosidade que nossa sociedade tem de que a mulher, na maioria das vezes sozinha, tem que dar conta de um trabalho que é aproveitado por todos, precisa ser debatido, uma vez, que o papéis desempenhados por homens e mulheres em nossa sociedade são baseados em estereótipos de gênero (PEREZ, 2001, p.52).

Sobre o estado civil, como representado na figura 12, as entrevistadas na condição divorciada predominam seguido da condição casada. Cabe ressaltar que segundo as entrevistadas esse número se dá pelo fato de que ao conquistarem a sua independência financeira, os maridos as abandonaram ou pediram divorcio, no caso das casadas poucas estão no mesmo casamento que estavam ao migrarem pra o município. *“Eu trabalhava na usina junto com ele, a usina fechou a gente não recebeu e eu consegui um emprego no frigorifico, enquanto ele fazia bicos de pedreiro, após ganhar minha filha eu engordei e ele me convenceu a pedir demissão pra usar o acerto pra regularizar as dividas do nome dele, após isso ele saiu de casa e nunca mais voltou, me deixando com um bebê e sem dinheiro”* (Depoente 29).

Figura 12. Estado Civil das entrevistadas



Fonte: trabalho de campo – 2018

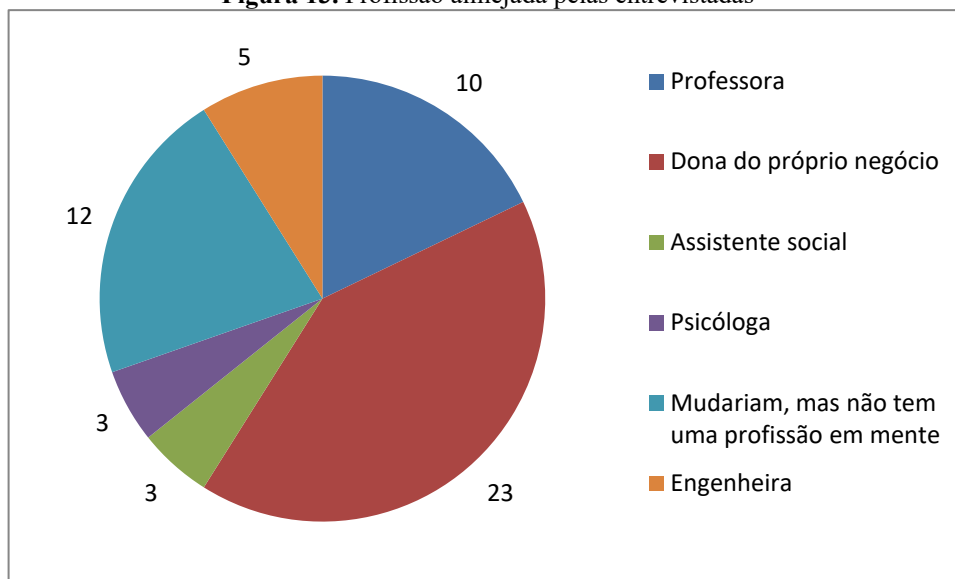
Org.: SANTOS, G. P. (2019).

Por conseguinte, foram questionadas as entrevistadas sobre a sua composição familiar, onde a maioria era composta por elas e pelos filhos, em uma ou outra família existe a composição por mais algum parente que veio recente para o município em busca de uma melhor qualidade de vida. As famílias das entrevistadas variam entre três a cinco pessoas, sendo em média três filhos por entrevistada.

Não diferindo do cenário misógino do meio laboral, o município de Ituiutaba (MG) segue a tendência de mulheres receberem menos que homens, de acordo com o censo de 2010 no município às mulheres com 10 anos ou mais com rendimento recebiam um valor mensal mediano de R\$510 enquanto os homens recebiam R\$870. No que diz respeito às mulheres nordestinas entrevistadas para a realização deste estudo tinham uma renda média mensal de até 2 salários mínimos.

Questionadas sobre a satisfação em relação às suas atuais profissões, as mulheres migrantes nordestinas entrevistadas se mostraram satisfeitas com as funções que exercem poucas se queixaram de sua atual atividade laboral, mas todas reclamaram de algumas condições que ocorrem no trabalho, na totalidade as entrevistadas almejam um cargo considerado por elas *“mais importante”*.

Figura 13. Profissão almejada pelas entrevistadas



Fonte: trabalho de campo – 2018

Org.: SANTOS, G. P. (2019).

Conforme apresentado na figura 13, as profissões almejadas pelas entrevistadas perpassam pelo mais variados tipos, como serem donas do próprio negócio, assistentes sociais

e professoras, todas as profissões consideradas por elas melhor e mais valorizadas do que as que exercem atualmente. Das 56 entrevistadas, dez gostariam de serem professoras, cinco engenheiras, três psicólogas, 23 almejam serem donas do próprio negócio, três consideram serem assistente social e 12 mudariam de profissão, mas não tem uma em mente.

“Eu vim do nordeste pra cá pela oportunidade de melhorar de vida, era notícia lá em alagoas que aqui tinha muito emprego e pagava bem. Até tem emprego mais a gente sofre muito, é gente que maltrata pelo nosso sotaque, gente que acha que a gente é ladrão por ser do nordeste, tem patrão que acha que a gente não cansa, eu gosto do meu serviço, mas sonho em ser formada, ser professora” (Depoente 27).

Para um conhecimento mais aprofundado sobre a origem dessas migrantes, foram levantados os estados de origem aos quais elas nasceram como apontado na tabela 4. Referente ao estado de origem das entrevistadas destaca-se o estado de Alagoas, com 48,21% das migrantes entrevistadas, seguido pelos estados de Pernambuco e da Paraíba respectivamente com 17,85%, e 14,28%, logo após os do Rio Grande do Norte e de Sergipe com 7,14% das entrevistadas e por ultimo o estado do Ceará e Maranhão com respectivamente 3,57% e 1,78%.

Tabela 4. Estado de origem das entrevistadas

Estado de origem	Quantidade de mulheres
Alagoas	27
Paraíba	8
Maranhão	2
Rio Grande do Norte	4
Ceará	1
Pernambuco	10
Sergipe	4
Total	56

Fonte: trabalho de campo – 2018

Org.: SANTOS, G. P. (2019).

A totalidade das entrevistadas reside atualmente na zona urbana do município de Ituiutaba (MG), mas boa parte confirmou já ter morado na zona rural, seja do município de Ituiutaba seja na sua cidade natal.

As migrantes consideraram em sua maioria ser melhor para viver a zona urbana, uma vez que a disponibilidade de trabalho, produtos e serviços é maior, além de que morar na zona rural vai de contra ao sonho que motivou a migração delas para o município que é o de ter uma melhor qualidade de vida e ter condições e experiências que não estavam disponíveis em sua cidade natal, uma vez que muitas moravam na zona rural de seus municípios primários.

Além do mais, ao morar na cidade a oferta de educação para elas e para os filhos é maior, de forma que elas conseguem se qualificar para conseguir um melhor emprego. Para as entrevistadas a zona rural é vista como retornar as origens, ao ponto de partida e não é esse o desejo dessas migrantes.

Com base na notícia de Sobrinho e Polato (2010), Batista et al. (2014) atesta que o preconceito regional no Brasil se tornou uma questão mais relevante para o quadro nacional, principalmente após o período eleitoral para o cargo de presidente da república em 2010, quando o resultado da disputa eleitoral, que foi bastante acirrada, foi favorável a vitória da candidata Dilma Rousseff (PT) contra o candidato José Serra (PSDB) no segundo turno.

A vitória da petista foi atribuída pelos adversários aos nordestinos, dado que a região Nordeste é populosa e foi bastante favorecida pelos programas assistências à população de baixa renda criada pela gestão anterior que era realizada pelo Partido dos Trabalhadores - PT.

O ódio ao PT criado por movimentos como o MBL – Movimento Brasil Livre, gerou também um fortalecimento do preconceito regional que já era expressivo no país. Por mais que a mídia nacional vinculou notícias que mostravam que o nordeste não foi um ponto decisivo na vitória petista, a manipulação da população por parte de movimentos contrários as políticas de esquerda, vinculou o resultado do pleito a população nordestina, fortalecendo o preconceito sofrido por essa população.

Como relata uma entrevistada *“Aaa já! Já sofri preconceito por ser nordestina sim, a todo momento, agora mesmo tamo vivendo um momento critico né, então ainda tem muito agora mesmo escuto bastante “a nordestino é burro porque vota no PT” é o que eu mais sinto essa diferença, principalmente nessa época de política.... até dentro do trabalho eu to passando por isso, lá dentro.” (Depoente 03).*

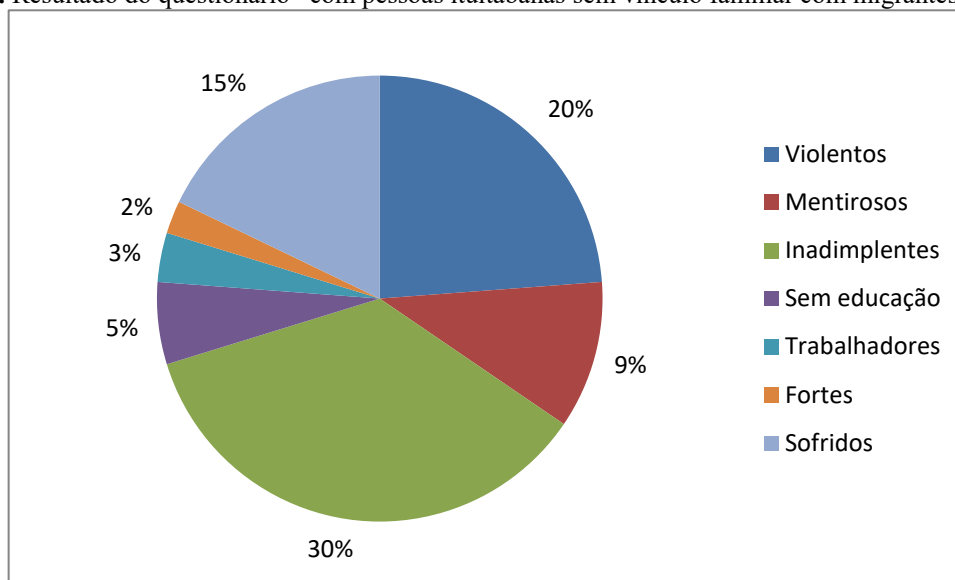
Para Bandeira e Batista (2002) o preconceito:

É a mola central e o reprodutor mais eficaz da discriminação e de exclusão, portanto da violência. Embora seja uma categoria de difícil definição, “noção ainda obscura”, remetemo-nos a sua definição semântica e sócio-antropológica. Preconceito de qualquer coisa ou preconceito de alguma coisa significa “fazer um julgamento prematuro, inadequado sobre a coisa em questão”. (BANDEIRA; BATISTA, 2002).

No município de Ituiutaba (MG) não foi diferente, o preconceito regional que já existiam foram reforçados por fatores, como a grande migração nordestina para o município, os tijucanos - como as pessoas nascidas no município se consideram - viram a vinda dos migrantes nordestinos como um problema com o discurso que com essa migração os postos

de trabalho seriam usurpados por migrantes e deixaria a população local desempregada, o que se mostrou ser uma falácia, uma vez, que os migrantes realizavam trabalhos muitas vezes recusados pelos itujucanos, trabalhos muitas vezes braçais, insalubres e considerados de baixa remuneração pela população ituiutabana, como o corte da cana.

Figura 14. Resultado do questionário* com pessoas ituiutabanas sem vínculo familiar com migrantes nordestinos



*Pergunta única: Como você vê os migrantes nordestinos residentes em Ituiutaba ?

Fonte: trabalho de campo – 2019

Org.: SANTOS, G. P. (2019).

Com dados dos 50 questionários abertos realizados com pessoas nascidas e residentes em Ituiutaba e que não tenham parentes nordestinos considerou os migrantes nordestinos como 20% violentos, 30% inadimplentes, 9% mentirosos 5% sem educação e 15% como sofridos, como pode ser visto na figura 14. Além dessa classificação pejorativa um baixo percentual dos questionados 2%, considerou os migrantes nordestinos como fortes e 3% como trabalhadores.

Isto posto, as mulheres migrantes nordestinas sofreram e sofrem até os dias atuais com o preconceito regional e de gênero, tanto quando procuram emprego quando tentam comprar a crédito, alugar uma casa entre outros.

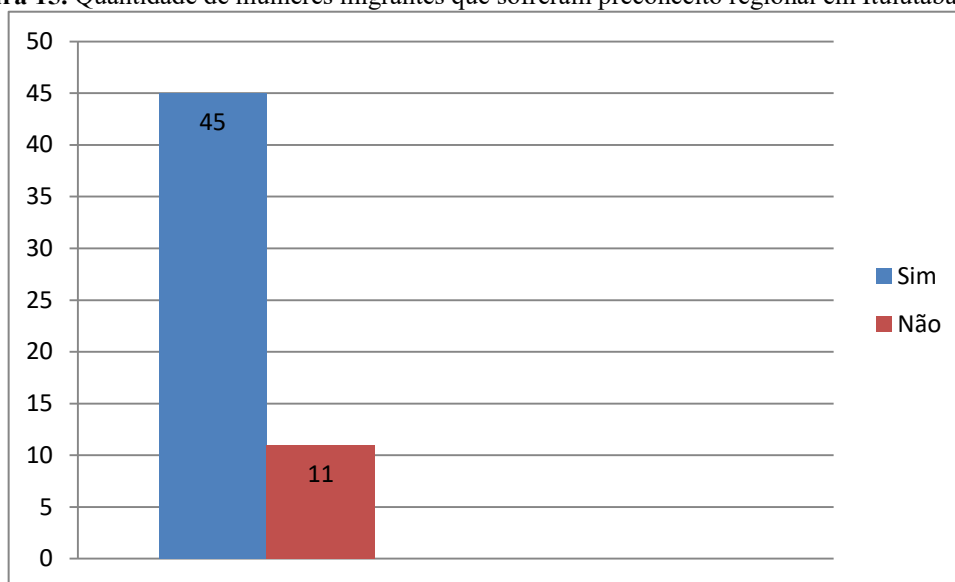
Dessa forma, podemos compreender a dificuldade dessas famílias nordestinas que vieram a residir no município, principalmente das mulheres, uma vez, que além de sofrerem com o preconceito de gênero e o regional.

Como Souza e Silveira (2010) apresentam em seu estudo que o preconceito regional no município de Ituiutaba é bem expressivo uma vez que ele é construído e reproduzido pela população local em relação à população migrantes, com destaque para a mulher jovem

nordestina que tentava se inserir no espaço escolar. A cidade, enraizada de tradições e costumes, incentivou o aumento da visão negativa atribuída ao nordestino, através das falas dos indivíduos, em veículos de comunicação de massa, gerando assim, uma hierarquia falha onde supostamente os mineiros se encontram em posição superior aos migrantes nordestinos.

Através das entrevistas realizadas com as mulheres migrantes foi possível verificar a continuidade desse preconceito regional, como ilustrado na figura 15, 45 das entrevistadas relataram já terem sido vítimas de preconceito pelo fato de serem nordestinas enquanto 11 entrevistadas relataram não terem sido vítimas de preconceito regional.

Figura 15. Quantidade de mulheres migrantes que sofreram preconceito regional em Ituiutaba (MG)



Fonte: trabalho de campo – 2018

Org.: SANTOS, G. P. (2019).

Entre as entrevistadas que relataram terem sofrido preconceito regional um depoimento que chama a atenção é *“Já sofri preconceito por ser nordestina sim, a maioria do povo aqui não vê a gente com bons olhos... escutei muito já que a gente tá aqui como intruso”* (Depoente 02).

Além do preconceito regional as entrevistadas relataram sofrerem outros preconceitos como a misoginia, a gordofobia e o racismo, como diz esta depoente: *“As pessoas acham que por sermos mulheres e não ter marido, não podemos fazer certas coisas, acham que não damos conta de cuidar dos filhos e ter um trabalho digno.”* (Depoente 4).

Já outra afirmou o seguinte: *“Eu evito ir em algumas lojas, porque além de achar que a gente não tem como pagar pela roupa, às vezes a vendedora já vem falando que não tem*

nosso tamanho... já me falaram até pra mandar alguém fazer um short que eu não ia conseguir achar pra comprar, por causa do tamanho” (Depoente 35).

Embora sofram com o preconceito de várias formas, as migrantes nordestinas não perdem o foco em conquistar uma melhor qualidade de vida, se esforçam de todas as formas para conquistarem o seu sonho e mesmo assim se sente felizes por terem migrado, uma vez, que todas as entrevistadas consideram se encontrarem nos dias atuais em condições melhores do que as vividas em sua região de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão realizada nesse estudo aponta a precarização do trabalho feminino, com ênfase no caso das mulheres nordestinas migrantes no município de Ituiutaba (MG), pois em geral, são designada para serviços de setores ligados a alimentação, limpeza, serviços gerais e de estética, geralmente, não obtendo todos os direitos trabalhistas quando os serviços prestados possuem cunho informal.

Os trabalhos informais são prestados pelas mulheres a partir da dificuldade que as mesmas encontram em encontrar trabalho devido às situações em que estão submetidas, como por exemplo, a maternidade, a idade, a escolaridade sendo considerada até o seu estado civil e sua condição quanto migrante.

O município de Ituiutaba passou por um período de ascendência na produção de arroz na década de 1940 fazendo com que sua crescente atividade fosse divulgada na região Nordeste, ocasionando assim, uma influência na migração nordestina. Na década de 1990 houve uma intensificação do fluxo migratório, pois ocorreu a expansão do cultivo da cana de açúcar no estado de Minas Gerais e principalmente na região do triângulo mineiro, onde se localiza o município de Ituiutaba, de forma que a concentração de usinas do setor sucroenergético na região aumentou, acarretando na mudança dos homens migrantes para o município.

Após a vinda dos homens para o município, as mulheres vieram acompanhar seus maridos, deixando suas casas e a estabilidade que já possuíam na sua terra natal. Com essa mudança, as mulheres nordestinas encontram dificuldades para se introduzir no mercado de trabalho, já que sua maioria possui baixa escolaridade, pouca experiência em atividades urbanas, pois em seus municípios exerciam trabalhos na zona rural.

Além dessas dificuldades, outra problemática que deve ser levada em consideração é o preconceito sofrido pelos migrantes, pela sua aparência, sotaque e até mesmo sua cultura, sofrendo assim, preconceito regional o que influencia na sua não contratação.

A partir das dificuldades enfrentadas, as mulheres viram uma oportunidade de transformação, ou seja, utilizaram os recursos oferecidos pelo município para terminar seus estudos, consequentemente abrindo portas para a qualificação e assim se inserindo no mercado de trabalho de forma mais ampla, porém essa inserção na se dá por completo, durante a contratação de uma mulher o seu currículo não é levado em consideração unicamente, fatores externos à sua vida profissional interferem na análise e ocasionam em empecilhos contratuais.

As funções exercidas pelas entrevistadas foram em sua maioria de prestação de serviços, evidenciando principalmente que as migrantes nordestinas que compõem essa pesquisa sobrevivem através do exercício do trabalho informal na profissão de diarista.

Os resultados obtidos com a pesquisa mostraram que a maior parte das migrantes nordestinas entrevistadas advinha do estado do Alagoas, seguido das migrantes pernambucanas e paraibanas, sendo que esse alto índice de migrantes alagoanas provoca uma reação da população local em intitular todos os migrantes nordestinos como “alagoanos”, mostrando um o desinteresse por parte dos tijucanos em acolher essa população migrante uma vez que o termo é usado por muitas vezes de forma pejorativa.

O que corrobora para a reafirmação do preconceito regional, uma vez que, a pesquisa gerou dados onde é notória a discriminação por parte da população local tendo em vista que a população qualifica os nordestinos de forma depreciativa, associando muitas vezes a violência dos bairros com a presença dos migrantes nordestinos.

Dessa forma, pode-se concluir que as migrantes nordestinas residentes em Ituiutaba sofrem com a precarização do trabalho, com o preconceito regional e com diversos outros problemas no seu dia-a-dia, como por exemplo, o fato de algumas terem sido abandonadas pelos conjugues após se tornarem as chefes de família, mas são mulheres “guerreiras” e fraternas que buscam por uma melhor qualidade de vida e se empenham em conquistar os seus sonhos, não medindo esforços e executando as mais variadas funções para tal.

Logo, a pesquisa possui grande importância acadêmica e social, já que demonstra a situação da migrante nordestina através de dados obtidos por entrevistas semiestruturadas de forma que a realidade seja dita pelas mulheres nordestinas, evitando assim, a distorção dos fatos e uma oportunidade de dar voz as mulheres nordestinas.

Fazem-se necessárias outras pesquisas nesta área, uma vez, que essa população migrante muitas vezes negligenciada pelo poder público e pela população local, auxilia na movimentação da economia do município, em seu crescimento e na constituição de sua cultura.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 10, n. 1, p.119-141, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100007>.
- BATISTA, J. R. M. et al. Negros e Nordestinos: similaridades nos estereótipos raciais e regionais. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 30, n. 14, p.325-345, ago. 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v14n30/v14n30a08.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2019.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BRASIL. DECRETO N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**. Brasília, DF, Mai, 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- BRASIL. DECRETO Nº 76.593, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1975. **Institui o Programa Nacional do Álcool e dá outras Providências**. Brasília, DF, Nov, 1975. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=499233&id=14242670&idBinario=15706117&mime=application/rtf>>. Acesso em: 20 out. 2018.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R.. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 110, p.67-104, jul. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n110/n110a03.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- BRUSCHINI, M. C. A.. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p.537-572, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132>>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- COUTINHO, Maria Chalfin et al. “Todo dia en uma casa diferente”: entre trajetórias, sentidos e o cotidiano laboral de diaristas. **Universitas Psychologica**, [s.l.], v. 12, n. 4, p.1125-1138, 20 jan. 2014. Editorial Pontificia Universidad Javeriana. Disponível em: <<https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revPsycho/article/view/6492>>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- DATAFOLHA, Instituto de Pesquisas. **Assédio sexual entre as mulheres**. 2017. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/01/11/bfed1c72cc0eff5f76027203648546c5bbe9923c.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019
- DE ANDRADE, E. T.; DE CARVALHO, S. R. G.; DE SOUZA, L. F.. Programa do Proálcool e o etanol no Brasil. **Engevista**, v. 11, n. 2, 2010.
- FONSECA, R. G.; SANTOS, J.C.. Os Recentes Processos Migratórios em Ituiutaba (MG) e a Inserção Das Agroindústrias Canavieiras. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 33, p.24-49, jul. 2011. Disponível em: <<http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/33A-3.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019

G1 TRIÂNGULO MINEIRO. **Usina em Canápolis é arrematada em leilão por mais de R\$ 133 milhões.** 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/usina-em-canapolis-e-arrematada-em-leilao-por-mais-de-r-133-milhoes.ghtml>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

G1 TRIÂNGULO MINEIRO. **Usina em MG é arrematada por mais de R\$ 206 milhões em leilão.** 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/usina-em-mg-e-arrematada-por-mais-de-r-206-milhoes-em-leilao.ghtml>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados preliminares. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/pesquisa/24/76693>>. Acesso em 24 fev. 2019.

_____, Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/pesquisa/24/76693?ano=2006>>. Acesso em 24 fev. 2019.

_____, Produção Agrícola Municipal 2017. **SIDRA. Banco de Dados Agregados.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>> Acesso em 24 fev. 2019.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior.** 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/microdados>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

IPEA, Retrato das desigualdades de gênero e raça, S/D. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MACHADO, C.; PINHO NETO, V.. **The Labor Market Consequences of Maternity Leave Policies: Evidence from Brazil.** 2016. 25 f., Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://portal.fgv.br/sites/portal.fgv.br/files/the_labor_market_consequences_of_maternity_leave_policies_evidence_from_brazil.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MARX, Karl. **O capital.** São Paulo: Boi tempo Editorial. 1493 p. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf/at_download/file>. Acesso em: 20 fev. 2019.

OXFORD, University Of. **Oxford Reference.** Disponível em: <<http://www.oxfordreference.com/view/10.1093/oi/authority.20110803095725764>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

PEREZ, Lícia. **Os desafios para o século XXI.** In:GALEAZZI, I.M.S. (Org) Mulher e Trabalho. Publicação Especial do Convênio da Pesquisa e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) v. 1, 2001. p. 51-53.

PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E.. O PRODECER (RE)VISITADO: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. **Campo-território:** Revista de geografia agrária, Uberlândia, p.1-22, jun. 2012.

PINA, José Augusto et al. Participação nos lucros ou resultados e banco de horas: intensidade do trabalho e desgaste operário. 2011.

SCHWEITZER, Sylvic. Situar as mulheres no trabalho. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade**. São Paulo: Senac, 203. Cap. 2. p. 55-63.

SIAMIG. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.siamig.com.br/indicadores/estatisticas>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

SILVA, L.C. S.; SANTOS, J. C.. A cana-de-açúcar e o trabalho precário nas agroindústrias canavieiras da microrregião geográfica de Ituiutaba (MG). **VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**, São Paulo, p. 2169-2188, set. 2014. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/35964172-A-cana-de-acucar-e-o-trabalho-precario-nas-agroindustrias-canavieiras-da-microrregiao-geografica-de-ituiutaba-mg.html>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

SILVA, Maria Aparecida de M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo; Fundação Editora UNESP, 1999. Disponível em: <<http://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/10.Errantes%20do%20fim%20do%20seculo.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalho e Trabalhadores na Região do Mar de Cana e do Rio de Álcool. **Revista Latinoamericana de Estudios Del Trabajo (RELET)**. São Paulo, n.18, p.2-39, 2005. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/103/103/>>. Acesso em: 5 mar. 2019

SILVA, S. C.; SANTOS, J. C. A Mão de Obra temporária migrante empregada nas agroindústrias canavieiras no município de Ituiutaba-MG e seus impactos no comércio local. **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 9, n. 2, p.1-20, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/31120>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SILVEIRA, D. L. S.; SOUZA, S. T. Relações culturais e diferença de escolarização na história das mulheres migrantes (Ituiutaba 1950-1960). **Semana de História do Pontal**, II, 2013, Ituiutaba, Anais...Ituiutaba: UFU, 2013, p. 13-17.

SOUZA, S. T. ; SILVEIRA, D.L.S. MIGRANTES NORDESTINAS E ESCOLARIZAÇÃO EM ITUIUTABA-MG (ANOS 1950-1960). **Revista Histedbr On-line**, Campinas, v. 40, n. 1, p.245-257, dez. 2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/40/art15_40.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Idade:

() 18-24 () 25-34 () 35-44 () 45-55 () acima de 55

2. Estado civil:

() casada () solteira () viúva () separada () outros. Qual? _____

3. Escolaridade:

() não estudou () está estudando () estudou até que série _____

4. Estado de Naturalidade?

5. Trabalha? Se sim, com o que? _____

6. Têm filhos? Quantos? _____

7. Qual sua renda mensal? _____

8. Sua renda é a única da família?

() sim () não

Caso não seja a única renda, quem mais trabalha na família?

() esposo/companheiros

() filhos

() outros

9. Qual a sua profissão atual?

10. Gosta da profissão que exerce? Por quê?

11. Já sofreu algum tipo de preconceito em Ituiutaba por ser nordestina?

() Não () Sim. Fale a respeito.

Sofreu preconceito por ser mulher?

() Não () Sim. Fale a respeito.

Já sofreu outros tipos de preconceito?

() Não () Sim. Fale a respeito.

12. Você mudaria de profissão?

() Não () Sim, qual? _____

13. Você está satisfeita com seu atual emprego?

() Sim () Não. Por quê? _____